ÍNDICE ACGE 2011

ACGE

RESPONSABILIDADE CLIMÁTICA EM PORTUGAL

WWW.RESPONSABILIDADECLIMATICA.ORG
UM PROJECTO EURONATURA

ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS E GESTÃO DE EMPRESAS

Autores:
Hugo Costa
André Baltazar

ÍNDICE

1. CONSELHO CONSULTIVO 04

2. SUMÁRIO EXECUTIVO 05

3. METODOLOGIA 06

4. EMPRESAS E SECTORES 12

5. RESULTADOS ACGE 2011 16

6. ANÁLISE CRITÉRIOS CHAVE 34

7. EVOLUÇÕES 44

8. CONCLUSÕES 50

9. FICHAS DE EMPRESA 52

10. MATRIZ DE AVALIAÇÃO DO ACGE 2011 69

1
CONSELHO CONSULTIVO

O conselho consultivo (cc) do Índice ACGE pretende reunir um conjunto de personalidades que, através da sua experiência e conhecimento, promovem a existência de critérios de avaliação coesos e que melhor reflectem a realidade que o Índice pretende retratar.
A criação do cc surge da necessidade de, ao longo do desenvolvimento anual do Índice, tomar um conjunto de decisões, principalmente associadas à reformulação de critérios, realizando assim a necessária e regular actualização para a realidade empresarial portuguesa.
Durante o desenvolvimento do ACGE 2011 as orientações e opiniões dos conselheiros, apesar de não serem vinculativas, acrescentaram valor ao projecto na sua definição final.
Neste contexto a Euronatura é a única responsável pelo Índice ACGE, pela sua formulação e pelos seus resultados.
O conselho consultivo para a edição ACGE 2011 é constituído pelos especialistas que se listam abaixo, e cuja anuência ao convite em muito honrou a Euronatura:

Anabela Vaz Ribeiro
(Associação Portuguesa de Ética Empresarial)

Ana Rita Antunes
(Quercus)

Gonçalo Cavalheiro
(CAOS)

Nuno Clímaco Pereira
(IST)

Raquel Real
(E. Value)

Rita Almeida Dias | Sofia Santos
(Sustentare)

Rita Sousa
(Universidade do Minho)

Rui Loureiro
(Sair da Casca)

2
SUMÁRIO EXECUTIVO

O Índice ACGE 2011 tem como objectivo primordial a avaliação do desempenho de um conjunto seleccionado de sectores empresariais a operar na esfera nacional. As empresas são avaliadas pela informação que prestam da actividade desenvolvida em Portugal. O objectivo do projecto visa avaliar a resposta destas empresas ao desafio das alterações climáticas e de uma economia restrita em carbono.

A apreciação das empresas baseia-se na definição de um conjunto de indicadores demonstrativo do seu empenho no combate às alterações climáticas. Estes indicadores avaliam as empresas em 28 critérios e 4 níveis: "Governança" (capítulo A), "Gestão e Investimentos" (capítulo B), "Comunicação e Reporte" (capítulo C) e "Inventário de GEE" (capítulo D).

A melhor pontuação, no ranking global, foi obtida pela Sonae Sierra, seguindo-se a Caixa Geral de Depósitos em 2º e os CTT em 3º. No Top 10 aparecem ainda, em posição de destaque, a LIPOR e a EDP, respectivamente em 4º e 5º lugar. Devem ser ainda considerados players das alterações climáticas em Portugal, a Sonaecom, o BES, a Vodafone Portugal, a Portugal Telecom e o Millennium BCP, que ocupam sequencialmente as restantes posições do Top 10.

Foram colocadas sob escrutínio do Índice um total de 83 empresas, representativas dos sectores em análise ou participantes voluntários no projecto. Os resultados indiciam que cerca de 1/3 das empresas analisadas atribui importância significativa às Alterações Climáticas, obtendo portanto uma pontuação superior a 50 pontos (em 100). De entre o conjunto de empresas em análise no ACGE 2011, somente um número reduzido não possui ou não divulga qualquer tipo de informação sobre o seu desempenho climático.

Foi nas áreas de "Gestão e Investimentos" e "Inventário de GEE" que as empresas manifestaram maiores dificuldades de preenchimento dos critérios, com especial atenção para a definição estruturada de objectivos e metas de emissão.

No entanto as empresas que obtêm melhores resultados investem e gerem de forma inovadora, no sentido de reduzirem as suas emissões de GEE; utilizam do CO2e como indicador preferencial; influenciam a sua cadeia de valor; e desenvolvem produtos e serviços "amigos do clima".

O Índice ACGE constitui uma ferramenta para os gestores de empresas, consumidores, investidores, fornecedores e público em geral, possibilitando comparações e incorporando a performance das empresas, perante as Alterações Climáticas, na tomada de decisões.

3
METODOLOGIA

3.1
Tipos de Participação: Empresas Seleccionadas e Participação Voluntária

O Projecto "Responsabilidade Climática: Índice ACGE 2011" contempla, como aconteceu nas edições anteriores, dois tipos de participação: a Participação das Empresas Seleccionadas e a Participação Voluntária:

Participação Voluntária

Para qualquer entidade que queira divulgar as suas práticas, através do fornecimento de informação.

Participação Não Voluntária:

Empresas seleccionadas pela Euronatura, com a aprovação do Conselho Consultivo a 31 de Maio de 2011.

Nota:
A participação voluntária foi divulgada através do sítio do Projecto, este tipo de participação foi restringido a um máximo de 10 empresas.

3.2
Recolha de Informação

Após a selecção das empresas participantes, a recolha da informação necessária à elaboração do Ranking ACGE 2011 seguiu a seguinte metodologia:

1
Contacto (telefónico, correio electrónico e correio postal)

2
Envio de e-mail a formalizar o convite à participação

3
Análise da Documentação:
Enviado pela empresa
Pesquisado pela Euronatura

4
Elaboração e Envio dos Pré-Relatórios

5
Recepção de Comentários aos Pré-Relatórios

6
Validação pela Pwc

1
Contacto
Foi efectuado contacto com o intuito de definir um interlocutor responsável pela colaboração com a Euronatura. Este fornece a documentação necessária e é responsável pelos comentários ao Pré-Relatório.

2
Formalização do Convite
Foi enviado correio electrónico a formalizar o convite à participação, solicitando o envio da seguinte informação:
. O Relatório & Contas de 2010;
. O Relatório de Sustentabilidade (ou outro com referências ambientais) 2010;
. Todas as publicações / edições / comunicados / outros que façam de algum modo referência às preocupações que a empresa terá com as alterações climáticas, ou com o clima na generalidade.

3
Análise da documentação:
Nesta fase procede-se à análise de todo a documentação recolhida e que servirá de base à elaboração do Pré-Relatório. Adicionalmente, foi efectuada a pesquisa de informação pública para a recolha de dados adicionais de acordo com os seguintes passos:
* Pesquisa no site de cada empresa ou do Grupo de que faz parte
** Análise dos primeiros 10 resultados relevantes, em 6 palavras-chave, no motor de busca Google (pesquisas realizada entre Junho de 2011 e Outubro de 2011):

1ª "nome da empresa + ambiente"
2ª "nome da empresa + alterações climáticas"
3ª "nome da empresa + eficiência energética"
4ª "nome da empresa + environment"
5ª "nome da empresa + climate change"
6ª "nome da empresa + energy efficiency"

4
Elaboração e Envio dos Pré-Relatórios
A recolha dos dados, já descrita, serviu de base à construção de um Pré-Relatório para cada empresa incluída no ranking. Nesta fase, foi disponibilizada, a todas as empresas, a possibilidade de marcação de reuniões com o intuito de esclarecer dúvidas e/ou a confirmação de existência de documentação em elaboração, como por exemplo o Relatório de Sustentabilidade 2010.

5
Recepção de Comentários aos Pré-Relatórios
Após o envio de cada Pré-Relatório foram dadas 2-3 semanas para formalização de uma resposta, onde cada empresa remete à Euronatura a sua análise e os comentários, que complementam a informação recolhida e a pré-análise realizada.

6
Validação pela PwC
Toda a documentação recolhida pela Euronatura e fornecida pelas empresas foi enviada para a PwC, procedendo-se a uma verificação e validação dos dados e dos resultados do Índice ACGE 2011.

A metodologia de recolha de informação do ACGE, foi concebida para permitir a maximização da introdução de informação em cada critério de avaliação e, ao mesmo tempo, valorizar a compreensão dos mesmos por parte dos responsáveis nas empresas. Desta forma, não só o contacto se tornou mais personalizado, como foi possível, na maioria dos casos, nomear o responsável pela resposta ao Pré-Relatório.

Porque a publicação dos Relatórios de Sustentabilidade das empresas ocorreu durante o ano todo de 2010, foram definidas algumas alterações na calendarização inicial, para que as oportunidades de resposta e a recolha de informação fossem maximizadas para grande parte das empresas participantes. A Euronatura aceita as especificidades associadas a cada empresa ou actividade numa perspectiva positiva, que visa a melhoria do desempenho global e a formação e motivação das pessoas.

3.3
Capítulos de Avaliação

A avaliação das empresas no Índice ACGE 2011 foi realizada de modo a permitir uma análise a quatro níveis:

Capítulo A *"Governança"*	**12 pontos**
Capítulo B *"Gestão e Investimentos"*	**31 pontos**
Capítulo C *"Comunicação e Reporte"*	**20 pontos**
Capítulo D *"Inventário de GEE"*	**37 pontos**

O somatório dos capítulos equivale a 100 pontos.

Capítulo A *"Governança"*

Neste capítulo é avaliado o cometimento da administração com as questões relacionadas com as alterações climáticas, verificando a aplicação dos melhores códigos de boas práticas de "corporate governance" e desempenho e capacidade de inovação. À administração, cabe também a função de interpretar, internalizar e comunicar o seu perfil climático e a relação com os sinais vindos do poder político e da comunidade científica.
O Conselho de Administração (CA) age, no contexto das alterações climáticas, de forma à empresa aproveitar as oportunidades, cumprir com os vínculos e necessidades dos seus clientes, fornecedores, investidores e comunidade em que actua.
A administração desempenha um papel vital no desempenho climático da empresa, definidos os vectores estratégicos, decidindo e monitorizando os investimentos, avaliando riscos e motivando todos os stakeholders para a protecção dos seus interesses, valores e ideias.
É valorizado também a criação de dados relevantes, dentro dos limites de acção da empresa, podendo assim avaliar os riscos competitivos e financeiros, explorando novas oportunidades, enquanto minimiza os custos potenciais associados às alterações climáticas e também da sua actividade.

Capítulo B *"Gestão e Investimentos"*

Quando as preocupações das empresas vão além do cumprimento de obrigações legais, no contexto de ambiente, energia e alterações climáticas, os investimentos e a gestão devem internalizar estas variáveis. Assim, assumindo a lógica de maximização da produtividade e do valor, as empresas promovem a existência de boas práticas ambientais e climáticas, controlando e monitorizando a poluição, minimizando os desperdícios e os resíduos, aumentando a eficiência e diminuindo o risco do negócio.
Este comportamento está associado à crescente valorização do tema por parte de investidores, políticos, clientes, nas suas múltiplas valências. O fenómeno do aquecimento global abre espaço a que a dimensão ambiental nas empresas se torne mais relevante, com implicações materiais e financeiras. Nenhuma empresa deverá, no contexto actual, descurar o surgimento de oportunidades de aumento da sua eficiência energética, de aprovisionamento de recursos e de definição de objectivos e metas, sendo estes elementos chave para o crescimento numa economia com restrições às emissões de carbono.

Capítulo C *"Comunicação e Reporte"*

O perfil da empresa e a definição dos seus compromissos relativamente às alterações climáticas são apresentados nas declarações realizadas pela administração, ou seus representantes, na forma de declarações públicas ou através de documentação de divulgação pública. Desta forma, as empresas assumem pontos de vista, experiências e abordagens ao tema em análise. A administração assume, portanto, o papel de veículo de divulgação da posição da empresa, assumindo vínculos e compromissos pelos quais responde.
Neste capítulo é avaliada a comunicação da empresa e a importância das alterações climáticas no seu desenvolvimento, considerando as suas especificidades, valências operacionais, conjuntura, referências competitivas e diplomas legais que afectam a utilização da energia e as tipologias de produção.
Pretende-se, em última análise, realizar o levantamento exaustivo das formas de divulgação adoptadas pela empresa que abordem ou estejam associadas ao fenómeno das alterações climáticas. No entanto, é dada maior importância ao Relatório de Sustentabilidade, documento internacionalmente aceite como essencial ferramenta de comunicação nesta área.

Capítulo D *"Inventário de GEE"*

A contabilização das emissões é um aspecto crucial quando avaliamos a forma como as empresas trabalham o tema das alterações climáticas. É com base na contabilização que se pode realizar o trabalho de criação de medidas e de identificação de oportunidades que permitirão efectivar e fundamentar a política e a gestão.
Só após a obtenção de informação, nas suas vertentes quantitativa e qualitativa, se dará início ao processo que permitirá a definição das tendências de emissões da empresa e consequente definição de objectivos quantificados. Neste contexto, torna-se, portanto, relevante avaliar a adesão de cada empresa a esquemas voluntários, e não voluntários, de contabilização de emissões. O Greenhouse Gas Protocol, cuja utilização é recomendada na Global Reporting Initiative Sustainability Reporting Guidelines, evidencia metodologias standard de inventariação e divulgação de informação das emissões de GEE.

Em síntese, no capítulo D, são analisadas as seguintes questões:

a. Existência de inventário geral das emissões;

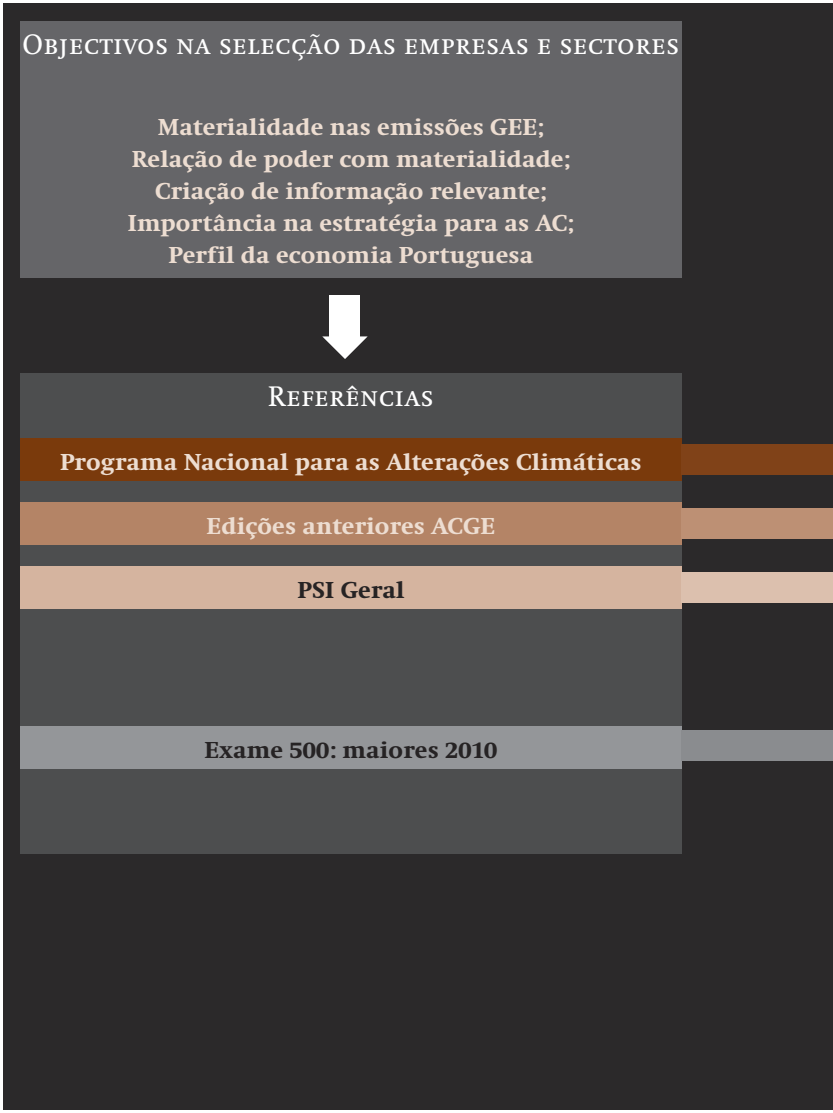
b. Definição de objectivos de redução ou limitação de GEE;

c. Realização de projecções para as suas emissões;

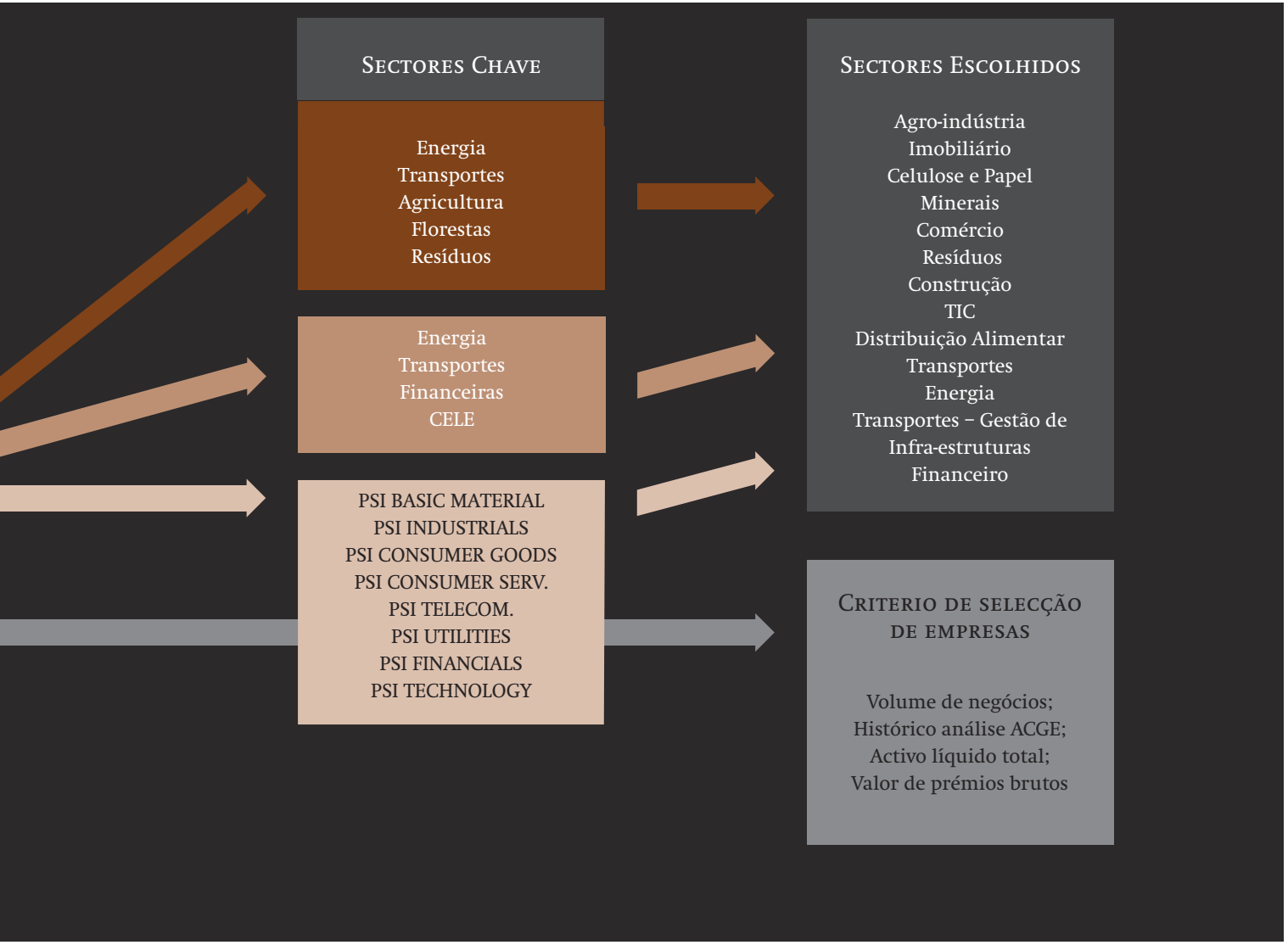
d. Grau de divulgação da informação;

4
Empresas e Sectores

O ACGE pretende avaliar empresas enquadradas no contexto económico Português. No entanto para alguns sectores e empresas, o ACGE pode realizar uma análise assumindo contexto de multi-nacionalidade das empresas, indo ao encontro da forma com que as mesmas pretendem comunicar os seus resultados e as suas práticas. Durante as últimas edições do ACGE, verificamos que algumas empresas comunicam de forma global. Este facto, segundo a Euronatura, não encerra em si mesmo qualquer dificuldade na análise da informação para o contexto português, caso a empresa consiga que a informação comunicada seja suficientemente fragmentada e detalhada para que se possa focar num estado, p.e. Portugal, numa região ou numa empresa (associada a um Grupo). O conjunto de empresas e sectores abrangidos no Índice obedece, por um lado, a uma lógica quantitativa, na sua dimensão económica, social e ambiental; e por outro, não negligencia a sua função pedagógica e formativa, analisando maioritariamente empresas que não estão associadas ao Programa Nacional para as Alterações Climáticas ou ao Plano Nacional de Atribuição de Licenças de Emissão.



Para a definição dos sectores e as empresas participantes no ACGE 2011, o Conselho Consultivo e equipa da Euronatura, assumiram a seguinte metodologia:



A 7ª edição do Índice ACGE possui um formato multi-sectorial, tendo o intuito de constituir uma avaliação transversal do tecido económico e empresarial em Portugal. Para isso foram escolhidos 14 sectores, perfazendo uma amostra de 83 empresas. As empresas foram avaliadas mediante informação, dados e desempenho da sua actividade operacional em Portugal.

A selecção das empresas fez-se predominantemente com base em dois factores: o volume de vendas da empresa em 2009 e a participação em edições anteriores do Índice ACGE. Na selecção para a constituição do Sector Financeiro, foi considerado o valor de activo líquido total em 2009, no caso dos bancos, e no caso das seguradoras não-vida foram seleccionadas aquelas com maior valor de prémios brutos emitidos em 2009. Infra apresentam-se os sectores e empresas que constituem a amostra para a constituição do Índice ACGE 2010:

Tabela 5.1
Listagem das empresas constituintes do Ranking ACGE 2011.

Agro-indústria
Unicer
Nestlé Portugal
Novadelta
Lactogal *Recusou Participar*

Celulose e Papel
CELBI
Portucel-Soporcel
Renova *Recusou Participar*

Comércio
WORTEN
IKEA Portugal
FNAC Portugal
El Corte Inglés

Construção
Somague
Soares da Costa
Mota-Engil
OPWAY
Teixeira Duarte

Distribuição Alimentar
Pingo Doce
Modelo Continente
Auchan Portugal

N.º total de empresas - 83

Energia
EDP
REN
Repsol
Galp Energia
CEPSA
BP Portugal
EDA
TEJO Energia
EEM

Financeiro
CGD
BES
Millennium BCP
Santander Totta
Banif
BPI *Recusou Participar*
Montepio *Recusou Participar*
AXA Portugal
Allianz Portugal
Fidelidade Mundial
Império Bonança
Zurich
Liberty Seguros
Açoreana
Crédito Agrícola
Lusitânia
Tranquilidade

Imobiliário
Sonae Sierra
MultiMall Management
Chamartín Imobiliária
Mundicenter

Minerais
Cimpor
Secil

Resíduos
LIPOR
Tratolixo
Valorsul *Recusou Participar*
Valor Ambiente *Recusou Participar*

TIC
Sonaecom
Vodafone Portugal
Portugal Telecom
Siemens Portugal
Xerox Portugal
Schneider Portugal
ZON Multimédia
IBM Portugal *Recusou Participar*

Transportes
Carris
TAP
Metro Porto
Transtejo
STCP
Metro Lisboa
CP
Luís Simões
SATA Internacional
Fertagus
Barraqueiro Transportes
Patinter
TST

Transportes – Gestão de Infra-estruturas
Brisa
ANA
Adm. Porto de Lisboa
Ascendi
Porto de Leixões
REFER *Recusou Participar*

Logística *Participação Voluntária*
CTT

5
Resultados ACGE 2011

5.1
Análise Global

A análise aos resultados da amostra do Índice ACGE 2011 demonstra uma distribuição heterogénea no espectro de pontuações, com uma tendência clara para a obtenção de pontuações baixas, mesmo quando excluímos as pontuações menores que 5 pontos. O perfil das empresas em análise é diversificado, existindo empresas com pontuações ao longo de todo o espectro (0-100 pontos).
Do gráfico 5.1.1, que ilustra as ocorrências ao longo do espectro de pontuações, é importante referir que:

36 empresas têm pontuações no intervalo [0; 25[;
Cerca de 3/4 das empresas com pontuações inferiores a 50 pontos;
Apenas 6 empresas com pontuação superior a 75 pontos;
Não existem empresas com pontuação superior a 90 pontos;

Na generalidade podemos afirmar que as empresas manifestaram dificuldade na consolidação dos seus resultados. De facto, existe um número muito significativo de empresas que não consegue ir além dos 50 pontos, ou seja que não conseguiram obter mais de 50 pontos em 100 possíveis, experimentando dificuldades de cumprimento de critérios variáveis e que procuraremos esclarecer ao longo deste estudo.
Considerando o total de empresas na amostra, a média de pontuação obtida foi de 31,3%, valor bastante inferior aos 44,7% da edição ACGE 2010. O valor da média representa, em última análise, o estágio de desenvolvimento das grandes empresas portuguesas no que respeita à performance climática.

	Empresa	Pont.
1º	**Sonae Sierra**	**90**
2º	**CGD**	**88**
3º	**CTT**	**87**
4º	**LIPOR**	**83,5**
5º	**EDP**	**79**
6º	**Sonaecom**	**76**
7º	**BES**	**72,5**
8º	**Vodafone Portugal**	**68**
9º	**Portugal Telecom**	**67**
10º	**Millennium BCP**	**65,5**
11º	**Santander Totta**	**64**
12º	**Carris**	**62**
13º	**WORTEN**	**61,5**
14º	**Modelo Continente**	**61,5**
15º	**Pingo Doce**	**61**
16º	**Repsol**	**54**
17º	**Brisa**	**54**
18º	**CELBI**	**53**
19º	**Cimpor**	**53**
20º	**TAP**	**53**

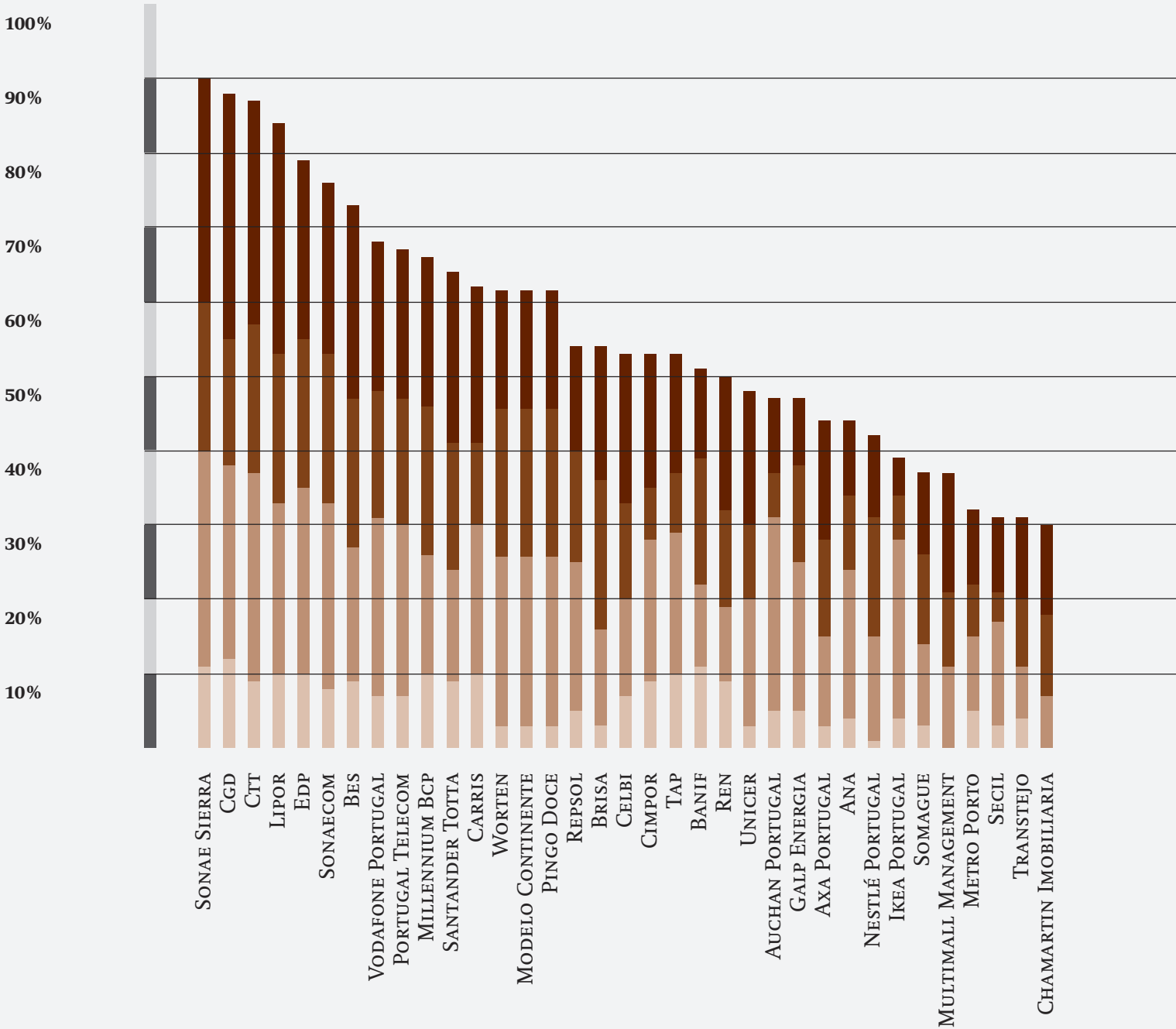
Distribuição de Empresas por Intervalo de Pontuação

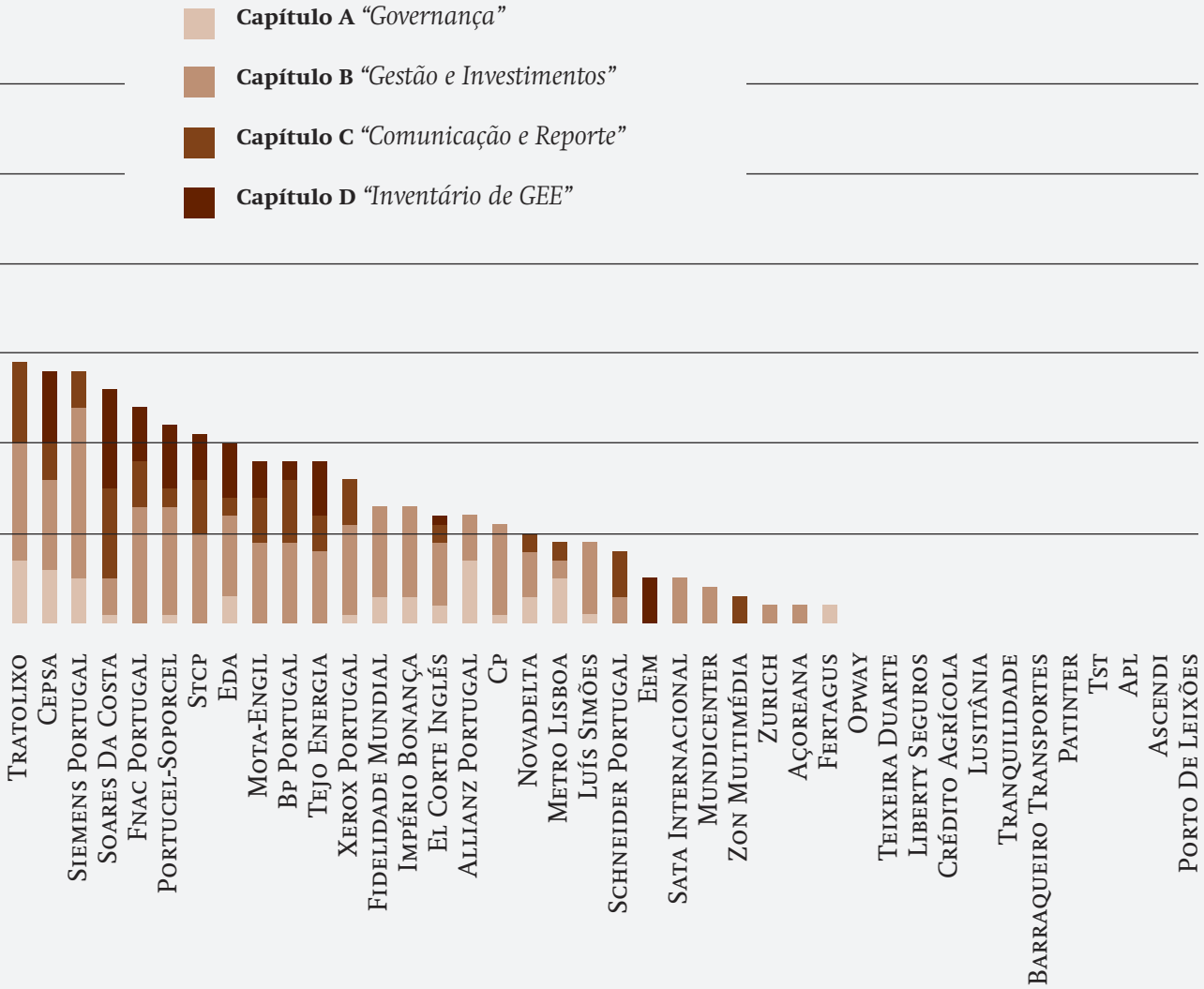
[0-25[
[25-50[
[50-75[
[75-100]

Gráfico 5.1.1
N.º de empresas por intervalo de pontuação no ACGE 2011.

Banif	51	**Chamartin Imobiliaria**	30	**Império Bonança**	13	**Fertagus**	2
REN	50	**Tratolixo**	29	**El Corte Inglés**	12	**OPWAY**	0
Unicer	48	**CEPSA**	28	**Allianz Portugal**	12	**Teixeira Duarte**	0
Auchan Portugal	47	**Siemens Portugal**	28	**CP**	11	**Liberty Seguros**	0
Galp Energia	46,5	**Soares da Costa**	25,5	**Novadelta**	10	**Crédito Agrícola**	0
AXA Portugal	44	**FNAC Portugal**	24	**Metro Lisboa**	9	**Lusitânia**	0
ANA	44	**Portucel-Soporcel**	22	**Luís Simões**	9	**Tranquilidade**	0
Nestlé Portugal	42	**STCP**	21	**Schneider Portugal**	8	**Barraqueiro Transportes**	0
IKEA Portugal	39	**EDA**	20	**EEM**	5	**Patinter**	0
Somague	37	**Mota-Engil**	18	**SATA Internacional**	5	**TST**	0
MultiMall Management	37	**BP Portugal**	18	**Mundicenter**	4	**APL**	0
Metro Porto	32	**TEJO Energia**	18	**ZON Multimédia**	3	**Ascendi**	0
Secil	31	**Xerox Portugal**	16	**Zurich**	2	**Porto de Leixões**	0
Transtejo	31	**Fidelidade Mundial**	13	**Açoreana**	2		

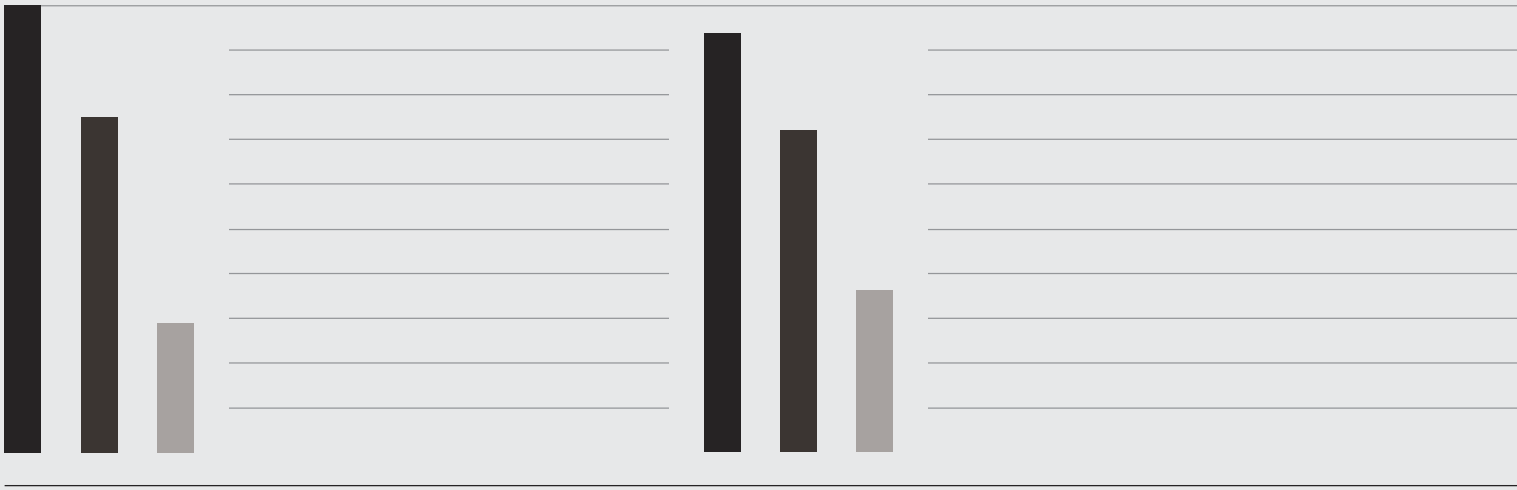
ACGE *Resultados ACGE 2011*




Capítulo A "Governança"
Capítulo B "Gestão e Investimentos"
Capítulo C "Comunicação e Reporte"
Capítulo D "Inventário de GEE"
Tratolixo
Cepsa
Siemens Portugal
Soares Da Costa
Fnac Portugal
Portucel-Soporcel
Stcp
Eda
Mota-Engil
Bp Portugal
Tejo Energia
Xerox Portugal
Fidelidade Mundial
Império Bonança
El Corte Inglés
Allianz Portugal
Cp
Novadelta
Metro Lisboa
Luís Simões
Schneider Portugal
Eem
Sata Internacional
Mundicenter
Zon Multimédia
Zurich
Açoreana
Fertagus
Opway
Teixeira Duarte
Liberty Seguros
Crédito Agrícola
Lusitânia
Tranquilidade
Barraqueiro Transportes
Patinter
Tst
Apl
Ascendi
Porto De Leixões

5.2
Análise por Capítulo

O Gráfico 5.2.1 ilustra o perfil de comportamento das empresas nos 4 capítulos de avaliação que constituem o Índice.



Capítulo A

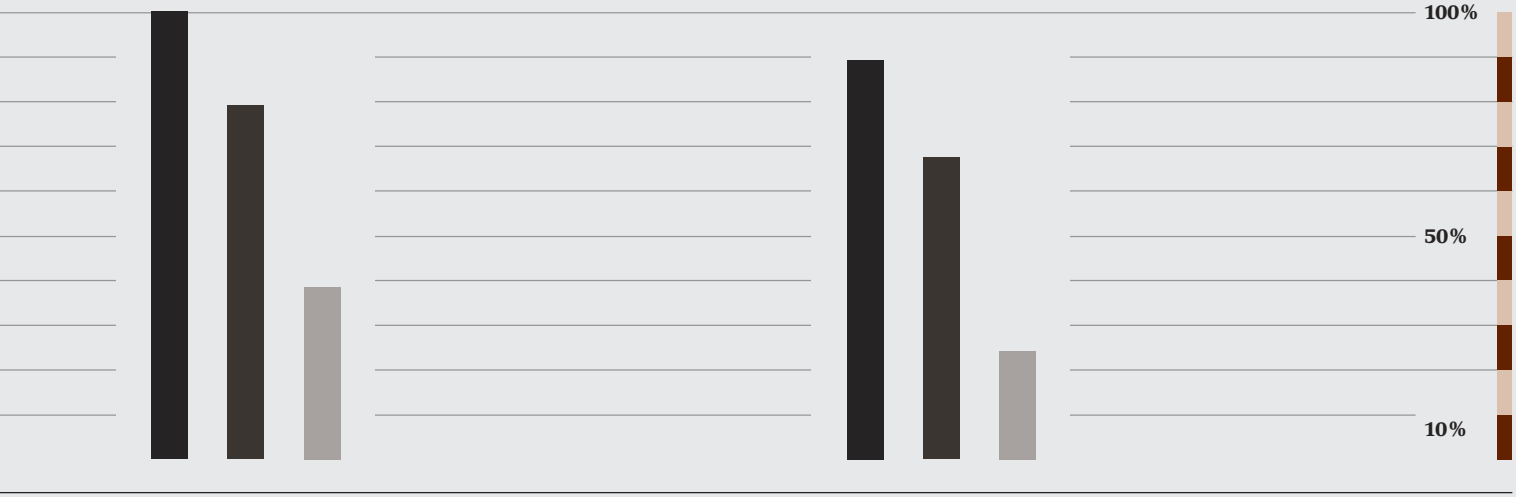
Capítulo em que ocorre a maior diferença entre a Média do Top50% (média das empresas com pontuação igual ou superior a 50% da pontuação total) e a Média Total – empolamento das diferenças entre as melhores e as piores empresas;
CGD com o melhor desempenho; Sonae Sierra e Banif com desempenho exemplar;
19 empresas com pontuação igual ou superior a 6 pontos (metade do total de pontos do capítulo)

Capítulo B

Capítulo em que ocorre a menor diferença entre a Média do Top50% (média das empresas com pontuação igual ou superior a 50% da pontuação total) e a Média Total – dissipação das diferenças entre as melhores e as piores empresas;
Sonae Sierra com o melhor desempenho; CTT com desempenho exemplar;
23 empresas com pontuação igual ou superior a 15,5 pontos (metade do total de pontos do capítulo);

Gráfico 5.2.1
Performance comparada por capítulo do Top50%, da amostra total e Best in class

Em todos os capítulos:
A Média do top50% é sempre duas vezes superior à Média Total;
Nos Capítulos A e C existem empresas a cumprir a totalidade dos critérios;



Capítulo C

Capítulo com melhores resultados – Média Total e a Média Top50% mais alta;
Top50% muito próximo do Best in class – empresas do Top50% com resultados positivos;
29 empresas com pontuação igual ou superior a 10 pontos (metade do total de pontos do capítulo);
11 empresas obtêm a pontuação máxima.

Capítulo D

Capítulo com piores resultados - Média Total e a Média Top50% mais baixas;
O best in class fica longe da fasquia dos 100% de pontuação;
Apenas 12 empresas com pontuação igual ou superior a 18,5 pontos (metade do total de pontos do capítulo)
CGD com o melhor desempenho; LIPOR, CTT e Sonae Sierra com desempenhos exemplares;

Capítulo A

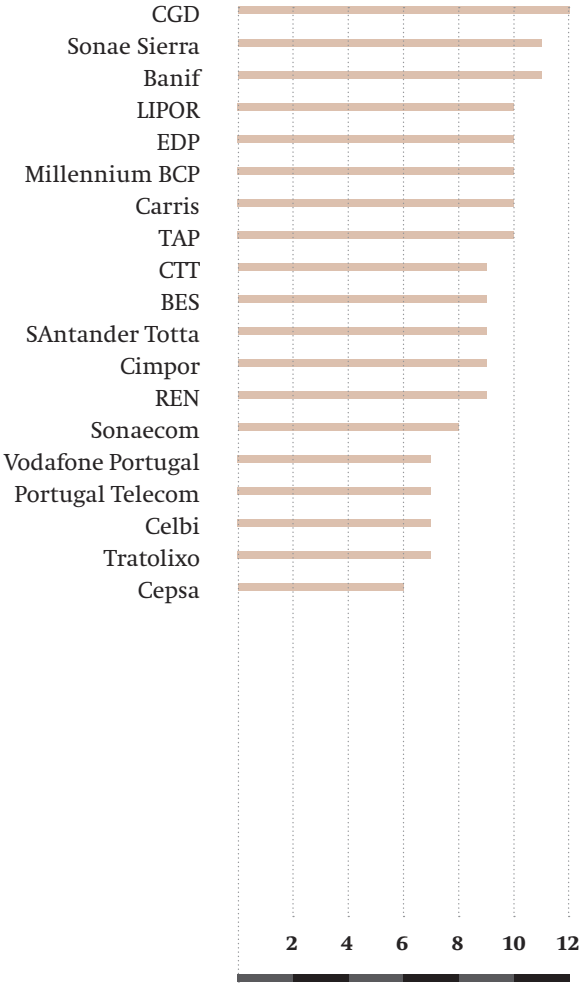


Gráfico 5.2.2 a

Empresas com pontuação igual ou superior a 6 pontos (metade dos pontos do capítulo)

Capítulo B

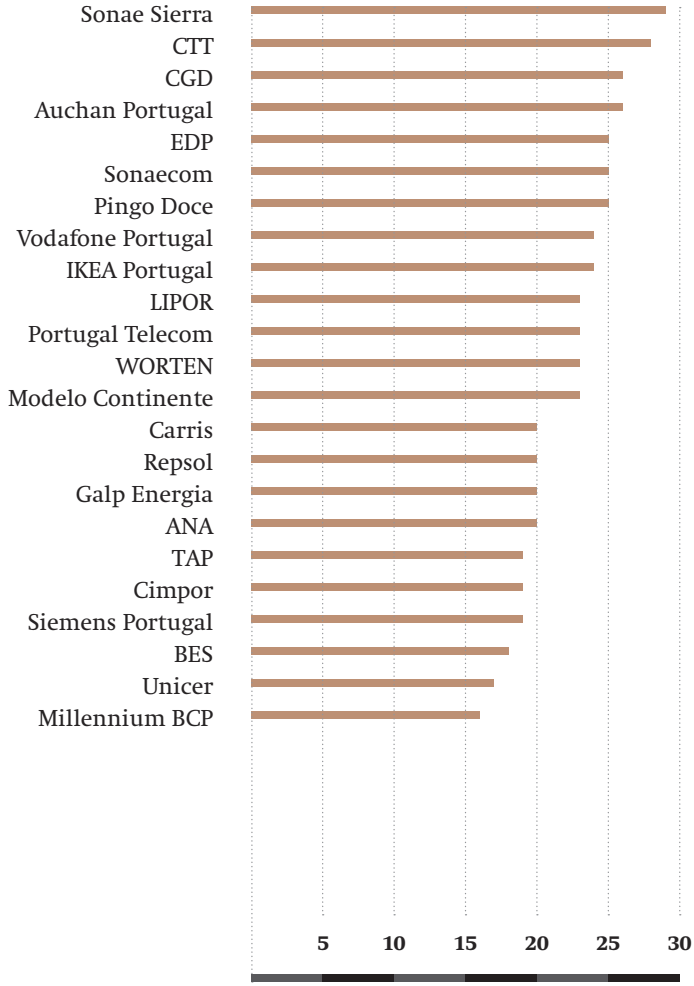


Gráfico 5.2.2 b

Empresas com pontuação igual ou superior a 15,5 pontos (metade dos pontos do capítulo)

Capítulo C

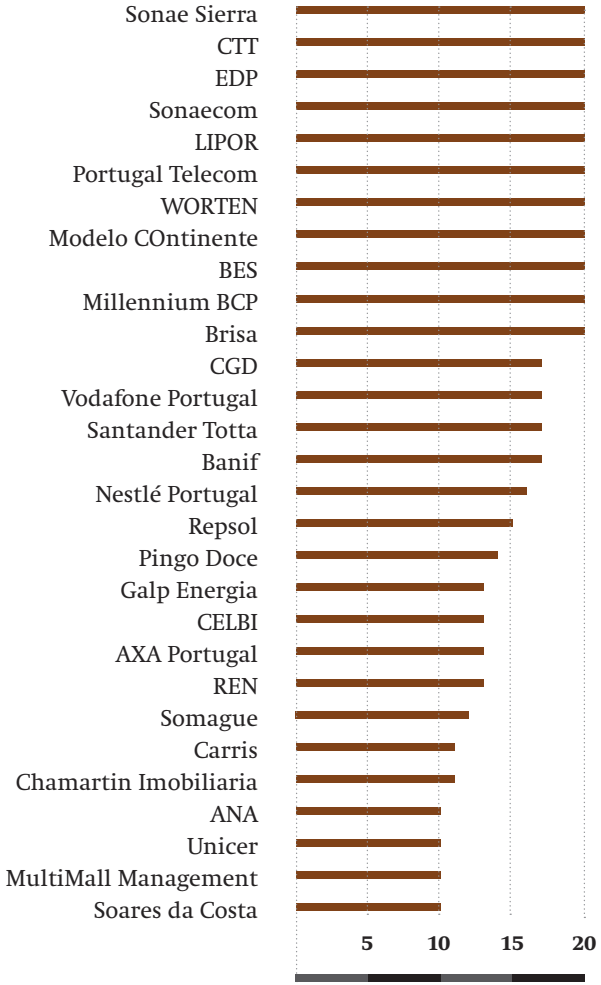


Gráfico 5.2.2 c

Empresas com pontuação igual ou superior a 10 pontos (metade dos pontos do capítulo)

Capítulo D

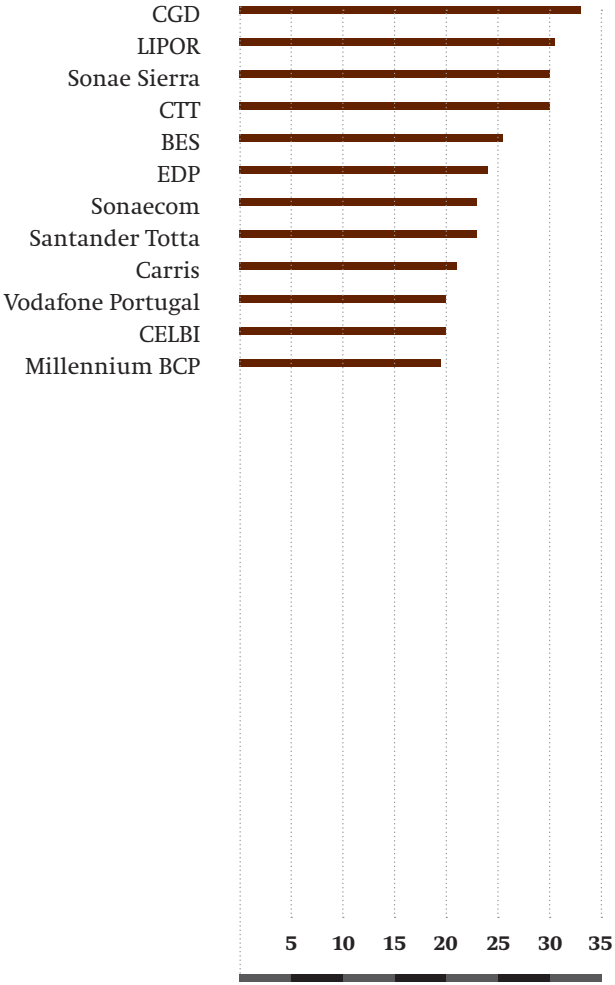


Gráfico 5.2.2 d

Empresas com pontuação igual ou superior a 18,5 pontos (metade dos pontos do capítulo)

5.3
Análise Top 10

O grupo de empresas que constitui o Top 10 (Tabela 5.3.1) do Índice apresenta um diferencial de pontuação significativo: 24% é a diferença de pontuação entre a primeira e última empresa deste grupo. Significa então que existe margem para melhoria mesmo entre as empresas mais bem classificadas. Também se constata que apenas 4 empresas atingem valores acima dos 80%. A média do top10 é de 77,7%.

Ranking	Empresa	Pontuação
1	Sonae Sierra	90%
2	CGD	88%
3	CTT	87%
4	LIPOR	84%
5	EDP	79%
6	Sonaecom	76%
7	BES	73%
8	Vodafone Portugal	68%
9	Portugal Telecom	67%
10	Millennium BCP	66%

Tabela 5.3.1
Ranking top10

A empresa que obtém a melhor classificação é a Sonae Sierra, seguida pela CGD e os CTT. Estas empresas apresentam uma política estruturada de combate às alterações climáticas, com base numa monitorização profunda, na divulgação de resultados e na definição organizada de objectivos quantificados e relacionados com alterações climáticas. Estas 3 empresas diferem ligeiramente pelas variantes de cumprimento de critérios associados à redução de emissões de GEE, definição estruturada de objectivos de redução e planeamento e previsão de emissões. São empresas que têm tradição na obtenção de resultados positivos no Índice ACGE, sendo acompanhadas, dentro do top 10, pela LIPOR, EDP, BES, Vodafone e Portugal Telecom. No contexto do Top 10, surgem como novas presenças a Sonaecom e o Millennium BCP.
Neste grupo de eleição do universo ACGE, os sectores mais bem representados são o Financeiro, com a CGD, o BES e o Millennium BCP, e o sector das TIC, com a Sonaecom, Vodafone e Portugal Telecom. No Top 10 estão também presentes, de forma menos expressiva, o sector da Logística e Correios (CTT), dos Resíduos (LIPOR) e da Energia (EDP). De entre os 14 sectores empresariais que o Índice contempla em 2011, 6 estão incluídos no top10.
Considerando apenas as empresas no top 10, importa referir que os critérios que impõem diferenciais de pontuação são diversos. Neste contexto não é possível identificar um conjunto de critérios que "fazem a diferença", sendo no entanto possível referir que, tipicamente, estes estão relacionados com a incorporação das alterações climáticas na gestão da empresa e, principalmente, com o binómio "inventário de GEE" e "definição de metas e objectivos de emissão". Por outro lado, no Top 10, fica também claro que os critérios associados aos aspectos de Comunicação não se traduzem em diferenças de pontuação significativas, dado que estes estão integrados neste grupo, e o seu cumprimento é transversal.

5.4
Análise Sectorial

Tabela 5.4.1
Médias sectoriais

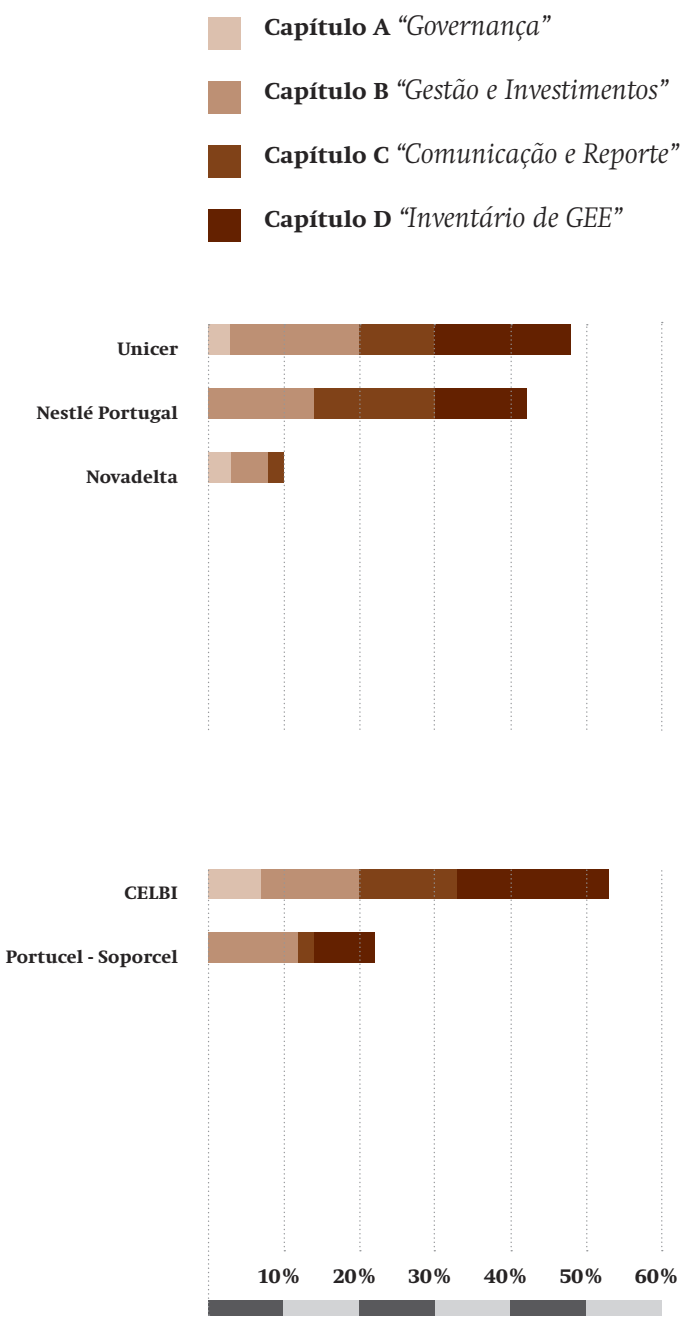
Sector	Nº Empresas	Pontuação Média
Agro-indústria	3	**33,3**
Celulose e Papel	2	**36,0**
Comércio	4	**34,1**
Construção	5	**16,1**
Distribuição Alimentar	3	**56,5**
Energia	9	**35,4**
Financeiro	15	**28,5**
Imobiliário	4	**40,3**
Minerais	2	**42,0**
Resíduos	2	**56,3**
TIC	7	**38,0**
Transportes	13	**18,1**
Transportes – Gestão de Infra-estruturas	5	**19,6**

Agro-Indústria

A UNICER possui a liderança neste sector, revelando um bom desempenho na Gestão e Investimentos (Cap. B) e no Inventário de GEE (Cap. D). Contudo apresenta maior fragilidade nos aspectos relacionados com a Governança (Cap. A) e, comparando com a Nestlé, nos aspectos de Comunicação e Reporte . A Nestlé Portugal, embora com um resultado global razoável, apresenta como ponto fraco a ausência de um inventário de emissões no tratamento de dados referentes a 2010. A Novadelta foi largamente penalizada na avaliação, pelo facto de não existirem documentos disponíveis referentes a 2010.

Celulose e Papel

As empresas avaliadas neste sector alcançam resultados díspares, estando a CELBI em clara liderança. Esta diferença reside no facto da CELBI utilizar uma abordagem mais abrangente na contabilização da sua pegada carbónica; também se distancia da Portucel-Soporcel pela maior frequência no reporte de dados de clima. A Portucel-Soporcel assume uma comunicação bianual, apesar da sua dimensão global e da estreita ligação da sua actividades às AC.

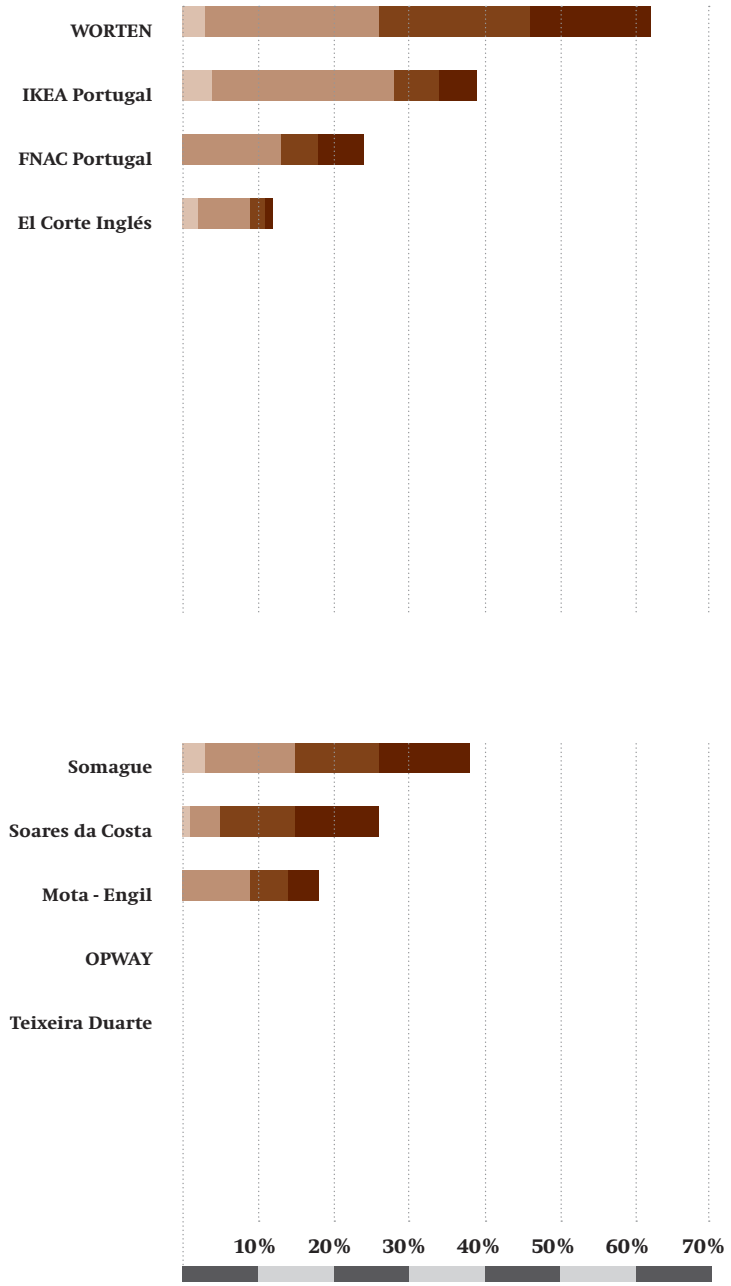


Comércio

A avaliação deste sector incidiu sobre grupos multinacionais, sendo apenas um de origem portuguesa, a Worten, que alcança a liderança do sector. Por pertencer a um Grupo português, a Worten possui um maior volume de informação pública, relevante para o Índice, referente às suas actividades em Portugal; é aliás no capítulo de Comunicação e Reporte que se destaca significativamente, cumprindo todos os critérios de avaliação. A classificação da IKEA Portugal é afectada pela ausência de detalhe das suas operações em Portugal, conseguindo alcançar o 2.º lugar do sector através do forte investimento na intervenção e monitorização que exerce na cadeia de valor. A FNAC Portugal e o El Corte Inglés atingem ambas pontuações baixas, embora a posição do grupo empresarial que a FNAC integra, esteja mais desperta e activa no tema das AC que o grupo El Corte Inglés.

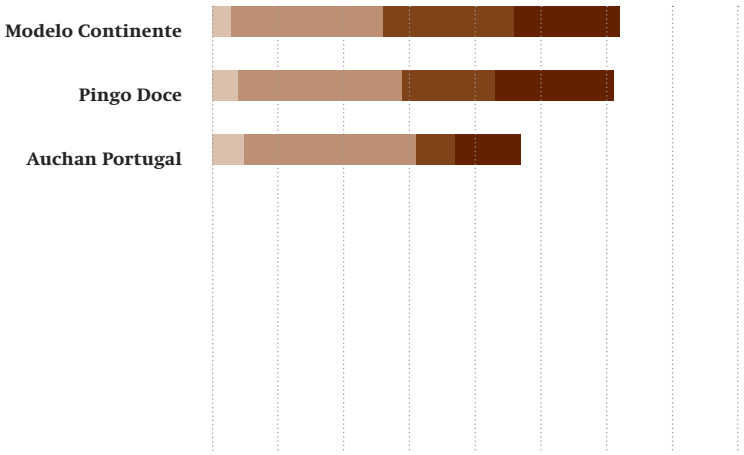
Construção

A avaliação deste sector abarca 5 empresas com perfis dissemelhantes no que toca à problemática das AC. É possível diferençar do grupo do sector 2 empresas: OPWAY e Teixeira Duarte; ambas carentes de uma abordagem e reporte ao nível da sustentabilidade, evidenciando um distanciamento dos stakeholders desta área. Assim, resta um grupo constituído pela Somague, que alcança a liderança do sector, Soares da Costa e Mota-Engil, que incluem na sua política e estratégia o tema das AC, embora ainda de forma pouco desenvolvida; e com a excepção da Somague, estas empresas não apresentam objectivos com representação climática.



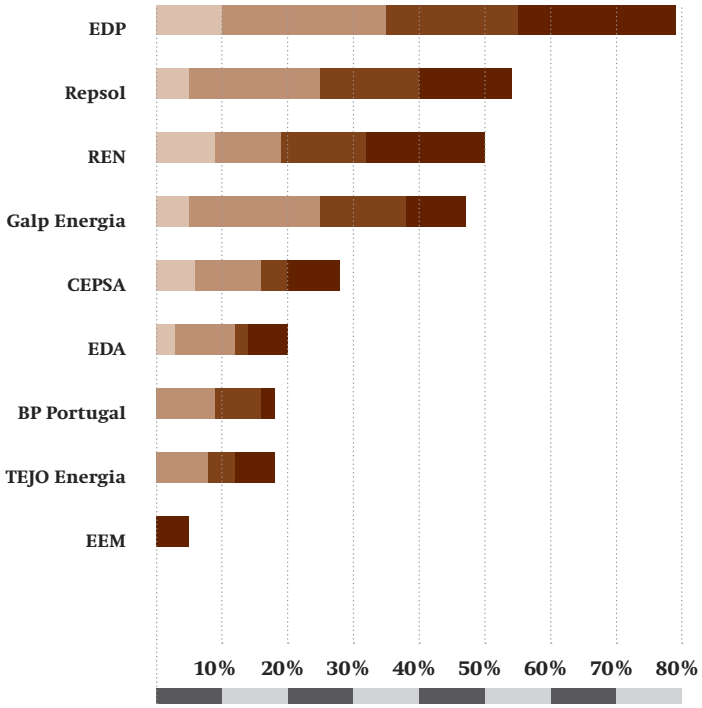
Distribuição Alimentar

O Modelo Continente possui a melhor pontuação neste sector, embora todo o sector apresente uma boa performance a nível global e, em especial, no capítulo de Gestão e Investimentos, com a totalidade das empresas a formularem objectivos para o consumo de energia eléctrica, e assumindo a gestão dos gases refrigerantes igualmente como assunto prioritário. Este sector destaca-se pela obtenção da melhor média, 56.5 pontos. Apesar de tudo, esta área empresarial continua a não estar sensibilizada para a utilização do CO2e como referencial universal, que possa traduzir o impacte real dos cometimentos e investimentos da empresa.



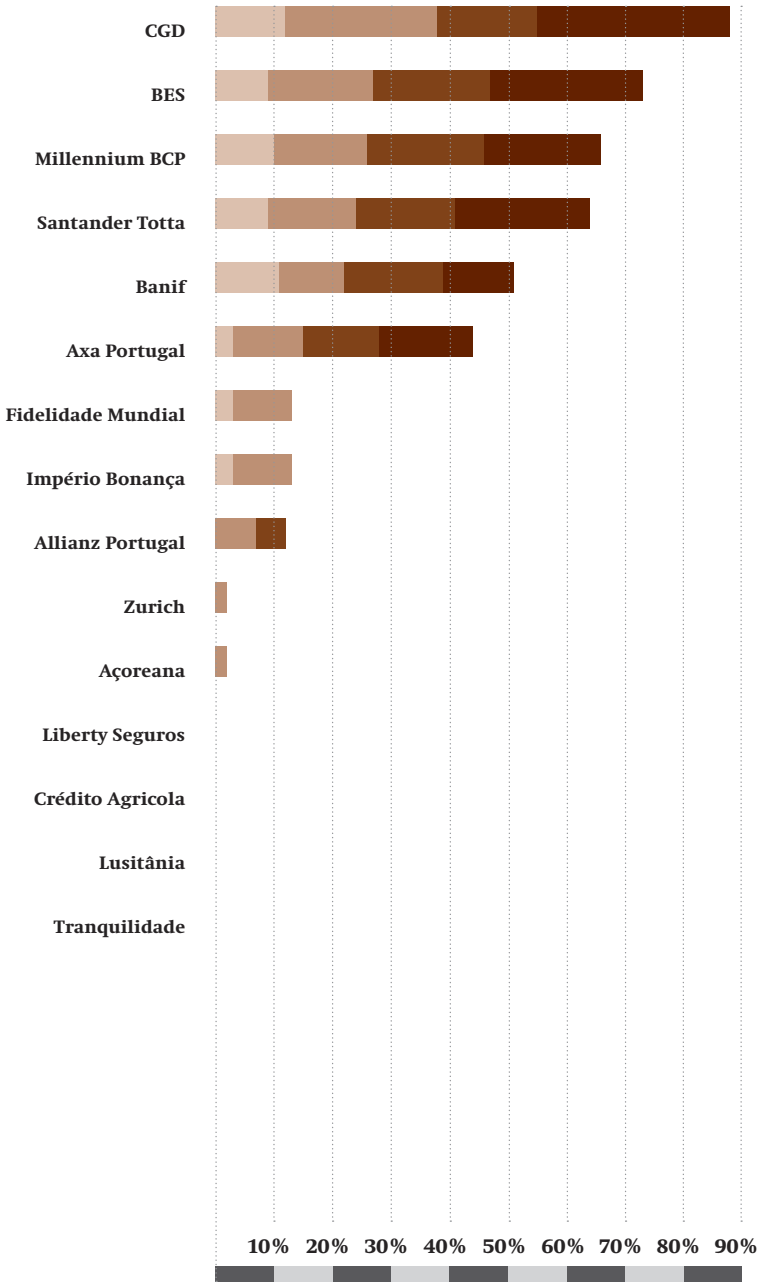
Energia

A EDP é líder do sector com grande distância para o 2.º lugar, a REN. As empresas multinacionais sem origem em Portugal – Repsol, Cepsa, BP – têm dificuldade no preenchimento de alguns critérios por não possuírem mecanismos de reporte e estratégias de clima transpostas para a escala nacional. A EDA, Tejo Energia e EEM apresentam desempenhos demonstrativos da falta de formalização de diversos aspectos avaliados, desde a governança para o tema das AC, até ao universo de emissões inventariado.



Financeiro

No sector financeiro 5 empresas alcançam pontuações superiores à média global; apenas o Crédito Agrícola e as seguradoras nacionais e estrangeiras ficaram aquém desta meta, com a excepção da AXA Portugal que alcança também uma pontuação equilibrada. A CGD apresenta o melhor resultado do sector, seguida do BES, ambos com resultados fortes. O Millennium BCP e Santander Totta alcançam resultados também muito positivos e desempenhos equiparáveis entre si. Os 6 melhores classificados deste sector apresentam todos a vertente de "Governança" e "Comunicação e Reporte" com elevado grau de cumprimento dos critérios de avaliação, tendo a CGD, líder do sector, sido diferenciada das congéneres pelo seu desempenho no Cap. D, ao nível das reduções de emissões e estabelecimento de objectivos, e no capítulo de Gestão e Investimentos (Cap. B).

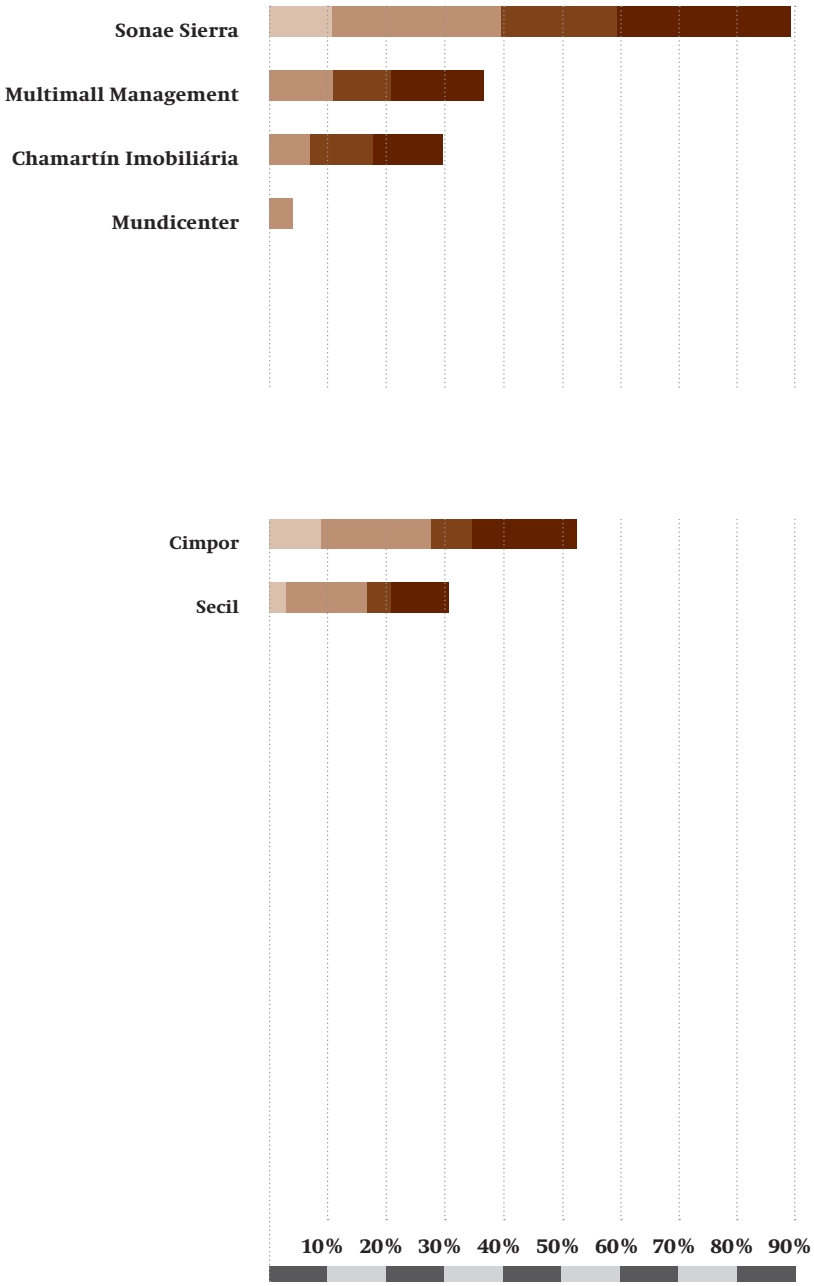


Imobiliário

Entre os 4 participantes deste sector, merece destaque a Sonae Sierra, com um desempenho forte e consistente nos 4 capítulos de avaliação, e que se tem repetido ao longo das várias edições do Índice. Também a Chamartín Imobiliária e a Multimall Management demonstram possuir mecanismos para a monitorização e intervenção no tema das AC. A Mundicenter contudo, continua a não possuir ferramentas de reporte das suas práticas ao nível da responsabilidade social e não possui informação pública sobre a sua posição e acções perante as AC.

Minerais

As duas empresas deste sector obtêm resultados díspares, essencialmente devido à carência de dados públicos disponíveis respeitante às operações em Portugal da Secil. Contudo, o impacte material da actividade destas empresas tem motivado as mesmas a participarem em importantes iniciativas voluntárias, como o Cement Sustainability Initiative.

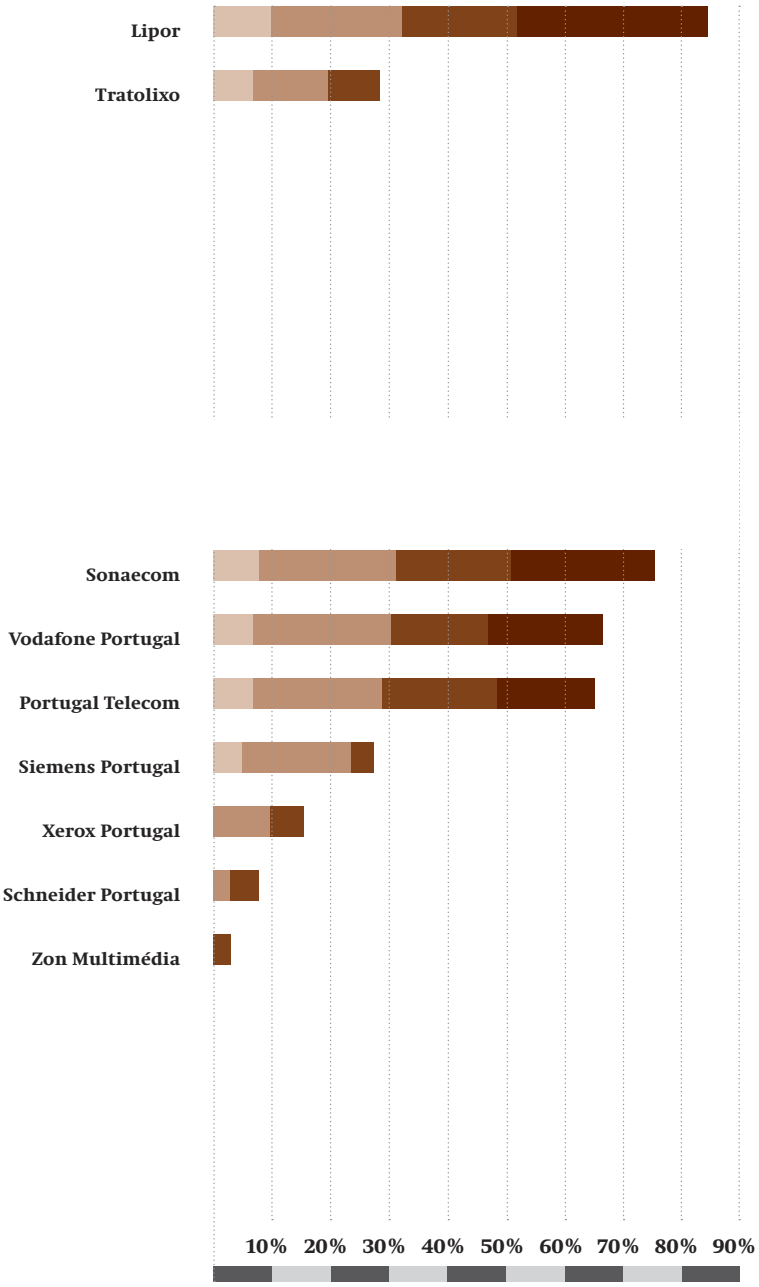


Resíduos

Entre as 4 empresas seleccionadas para a amostra deste sector, duas recusaram participar no estudo. A LIPOR alcançou a liderança do sector, com uma pontuação muito elevada em todos os capítulos de avaliação, demonstrando o historial e maturidade no trabalho realizado no tema das AC. A Tratolixo, na sua primeira participação, alcança uma pontuação que deve ser considerada razoável, mostrando indícios de que no futuro possa vir a trabalhar com maior profundidade o tema das AC; realizando um inventário mais detalhado e estruturado, e metas para um universo de emissões mais abrangente.

TIC

Este sector compreende um largo espectro de resultados, tendo a Sonaecom, Vodafone Portugal e Portugal Telecom alcançado os três primeiros lugares, segundo esta sequência. Estas três empresas apresentam resultados similares ao nível da "Gestão e Investimentos"; sendo que a Sonaecom e Portugal Telecom alcançam a pontuação máxima no capítulo de "Comunicação e Reporte". Ao nível do capítulo "Inventário de GEE" as três empresas beneficiariam de um estabelecimento de objectivos mais abrangentes para a redução de emissões de GEE. A Siemens Portugal, Xerox Portugal e Schneider Portugal são multinacionais que não estruturam dados climáticos relevantes a nível nacional, o que contribui para a fragilidade dos seus resultados. A ZON Multimédia alcança uma pontuação incipiente, encontrando-se afastada deste tema e da divulgação pública do trabalho que desenvolve na área da sustentabilidade.

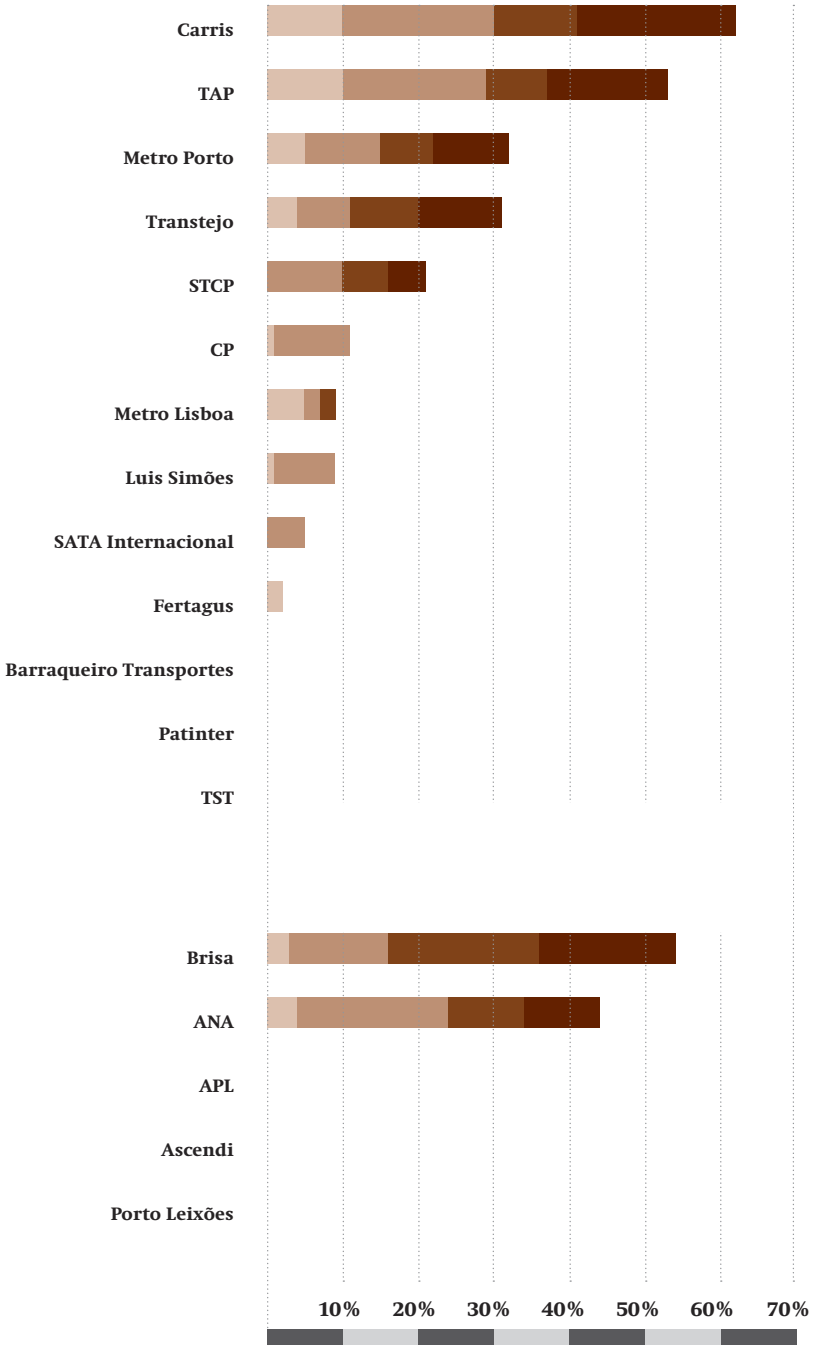


Transportes

O sector dos transportes soma um total de 13 empresas, o segundo sector com a maior amostra neste estudo. O sector reúne resultados muito diversificados, encontrando-se na sua liderança a Carris, seguida da TAP Portugal. A Carris distingue-se da TAP essencialmente pela sua performance ao nível do capítulo "Inventário de GEE". A Metro do Porto alcança o 3.º lugar do sector, embora tenha visto descer substancialmente a sua pontuação relativamente a anos anteriores, essencialmente pelo crescendo de exigência imposto pelo Índice no Cap. D. Empresas como a Comboios de Portugal e a Luís Simões, viram as suas pontuações também sofrerem descidas na edição presente, pela ausência de informação pública disponível em tempo útil relativa aos dados de 2010.

Transportes
Gestão de Infra-estruturas

Neste sector, 3 empresas não apresentam acções de reporte de dados de clima/ sustentabilidade consistentes, por oposição à da Brisa, líder do sector, e da ANA. Estas duas últimas empresas apresentam ambas boas performances, embora ambas apresentem alguma fragilidade quanto à performance no capítulo de "Inventário de GEE"; e tendo a ANA também margem de melhoria quanto ao cumprimento dos critérios de "Reporte e Comunicação".

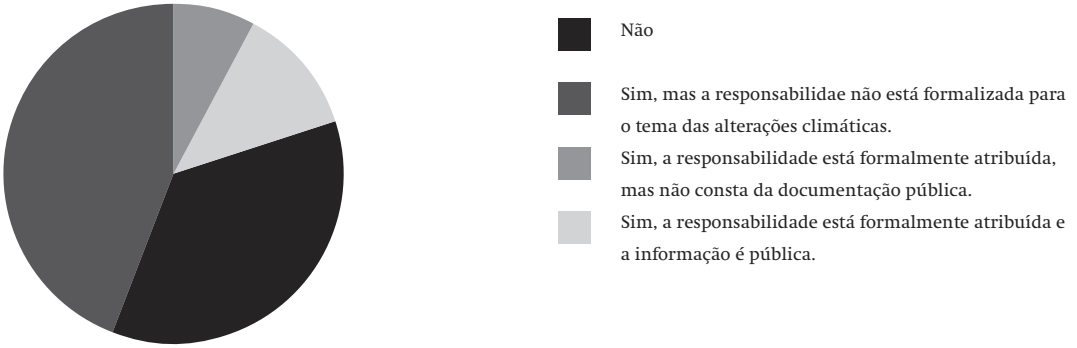


6
Análise Critérios Chave

6.1
Capítulo A

Existe departamento/comité responsável pela gestão das Alterações Climáticas?

Gráfico 6.1.1



Durante o ACGE 2011, 15 empresas conseguiram formalizar a existência de um grupo responsável pelo tratamento da temática das alterações climáticas (ver gráfico 6.1.1), sendo que destas apenas 9 empresas o comunicam.
Este resultado deve ser considerado negativo e deverá merecer a atenção das empresas, uma vez que, para uma abordagem crescentemente eficaz no contexto relacionado com alterações climáticas é necessária de atribuição de responsabilidades e a criação de especialidades. A existência de um grupo com responsabilidades sobre o tema das alterações climáticas representa, por si só, um vínculo ao tema por parte das empresas. Segundo a Euronatura, as empresas cujo tratamento do tema das alterações climáticas é realizado de forma centralizada e através de um grupo de especialistas, deverá permitir que o tema seja comunicado e desenvolvido de forma mais cuidada, responsável e transparente. Importa também referir que a concretização deste critério deverá ser independente da potencial dimensão reduzida dos departamentos de Ambiente/ Sustentabilidade, sendo, no entanto fortemente dependente do cometimento e internalização das alterações climáticas na gestão e estratégia.
A formalização e divulgação da existência de um departamento responsável pelas temáticas das alterações climáticas ou/e eficiência energética permite aos vários stakeholders estabelecer uma aproximação rápida e eficaz, identificando responsáveis e agilizando processos.

Das edições anteriores do ACGE para a actual edição o nível de exigência associado a esta questão aumentou significativamente, sendo que no actual contexto não foi considerado relevante a existência de departamentos cuja responsabilidade estivesse relacionada com as definições genéricas de "ambiente" ou "sustentabilidade". A Euronatura considera que as empresas podem associar as alterações climáticas às temáticas de ambiente e sustentabilidade, nas suas múltiplas valências, ou a aspectos exclusivamente económicos. Assim, neste critério foi valorizada a transparência, clareza e formalização de responsabilidades.

As Alterações Climáticas são discutidas no Conselho de Administração?

Gráfico 6.1.2

Não.

Sim, existem referências às alterações climáticas em documentoes e iniciativas associasdas ao CA.

Durante o ano de 2011, o comportamento das empresas neste critério denuncia a existência de um número expressivo de empresas, 24, cuja administração e/ou direcção participa na concretização da estratégia para as alterações climáticas na empresa.
As alterações climáticas, enquanto tema relevante na comunicação pública, devem fazer parte das exposições mediáticas da empresa. As orientações estratégicas da empresa são comunicadas através de documentos de acções mas também podem ser veiculadas em eventos públicos, em entrevistas ou declarações de características diversas. Desta forma a empresa reforça a mensagem, promove a discussão pública e poderá focar a sua atenção em públicos específicos, transmitindo as suas preocupações de forma clara e transparente.

6.2
Capítulo B

Existem investimentos em energias renováveis, eficiência energética ou desempenho climático?

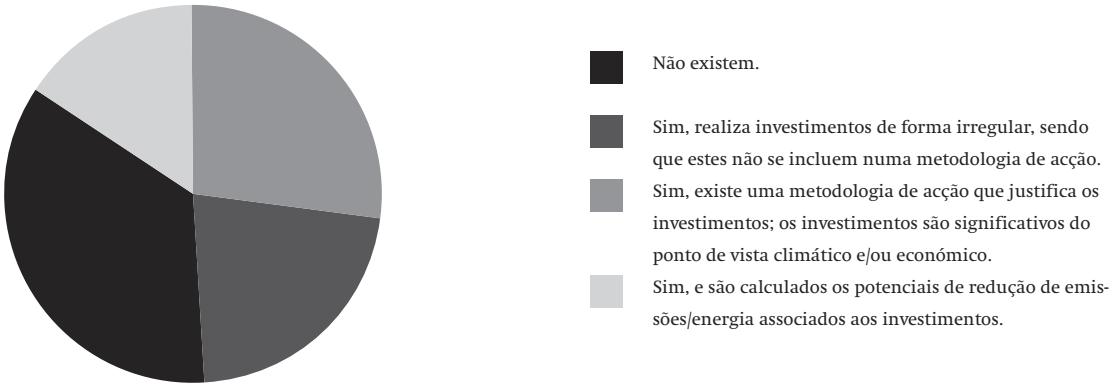


Gráfico 6.2.1

Considerando a multiplicidade e periodicidade de investimentos com influência no desempenho climático da empresa, as abordagens são diversas, não sendo assinalável qualquer perfil tipificado, com excepção das questões relacionadas com a iluminação dos edifícios.
Analisando o comportamento da amostra neste critério, verificamos que existem ainda 27 empresas para as quais não foi possível identificar qualquer investimento. Em contra-partida, 50 empresas realizam algum tipo de investimento em energias renováveis, eficiência energética ou/e com reflexos no seu desempenho climático, destas, 21 consegue estruturar e alinhar estratégica e metodologicamente os investimentos, sendo que 12 empresas, conseguem ir mais longe, calculando os potenciais de redução de emissões dos investimentos.
O critério de investimento em energias renováveis, eficiência energética ou desempenho climático, valoriza o montante investido, mas principalmente os seus impactes (materiais, funcionais e formativos), o carácter inovador e a adequação ao negócio são também cruciais.

Existem objectivos com representação climática e definidos de forma clara e quantificada?

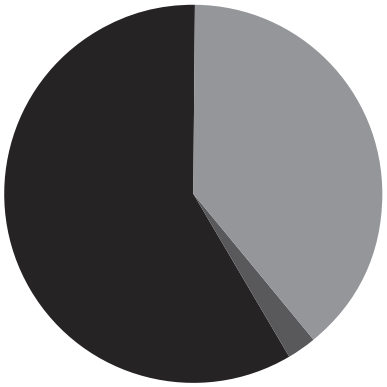


Gráfico 6.2.2

Não existem.

Sim, mas não são públicos.

Sim, são públicos e está definido: o valor do objectivo, o ano de referência e o período de cumprimento.

Um número significativo de empresas não consegue ainda determinar e quantificar objectivos, 45; um número residual, 2, apesar de o fazer, não sente necessidade de divulgar e de tornar públicos os seus objectivos. No entanto, 30 empresas realizam o exercício de definição de objectivos quantificados que possam ter impactes nas emissões de GEE, ou que tenham representação climática.

Com este critério do capítulo B, foi pedido às empresas que concretizassem as suas preocupações climáticas através da definição de objectivos quantificados e que pudessem estar directamente relacionados com as emissões de GEE ou alterações climáticas. A definição de objectivos quantificados permite à empresa quantificar o seu esforço e vínculo quanto aos novos desafios de redução de carbono e compará-los com os das suas congéneres. O critério de caracterização e quantificação de objectivos é bastante alargado, ou seja, a simples quantificação de qualquer meta ligada a alterações climáticas, permite o preenchimento deste critério. Neste contexto os resultados obtidos podem ser considerados moderadamente positivos, uma vez que a amostra ACGE inclui as empresas que detêm maior responsabilidade nas emissões nacionais de GEE, e considerando a definição de objectivos um instrumento básico no combate às alterações climáticas. A enunciação de processos de intenções e objectivos genéricos devem ser considerados importantes do ponto de vista estratégico, no entanto, a definição de metas concretas e quantificadas permite construir um caminho consolidado, transparente e vinculativo.

Existe uma política de fornecedores e compras com base em critérios climáticos? Que critérios estão formulados?

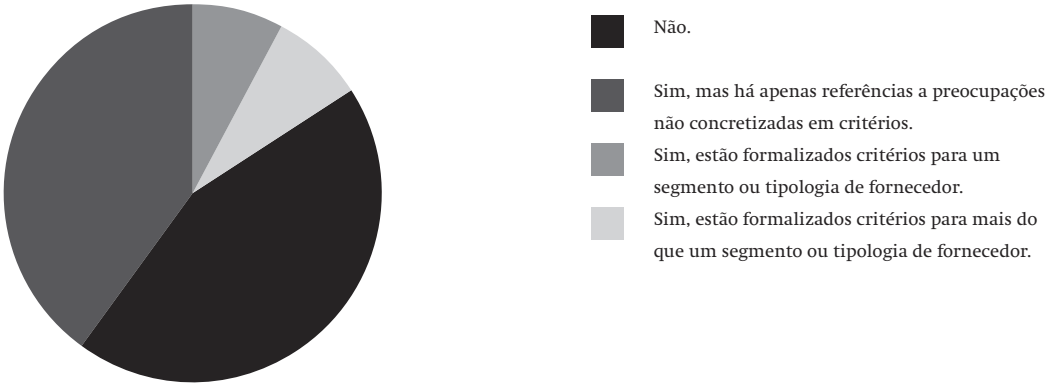


Gráfico 6.2.3

No que diz respeito à existência de preocupações e/ou critérios na gestão das compras e de fornecedores, mais de metade, 42 empresas formaliza a existência de preocupações. Deste grupo de empresas apenas 12 conseguem ir além da simples referência, conseguindo que as suas preocupações sejam concretizadas em critérios, sendo que apenas metade o faz para «mais do que uma tipologia ou segmento de fornecedor». De fora do grupo de empresas que considera que a política de clima não pode estar desagregada da política de fornecedores, estão ainda 33 das empresas avaliadas.

As empresas manifestaram dificuldades no preenchimento do critério que pressupõe a existência de uma política de fornecedores e compras com base em critérios climáticos. Relativamente a esta questão, são apenas 12 as empresas que conseguem demonstrar formalmente a existência de critérios climáticos na seriação dos seus fornecedores e nas suas compras. Neste âmbito, existe ainda uma significativa margem para progressão através da formalização em critérios. Segundo a Euronatura, a não formalização de critérios poderá levar a uma fraca implementação das práticas das empresas na cadeia de valor, promovendo um produto ou serviço “climaticamente” ineficiente.

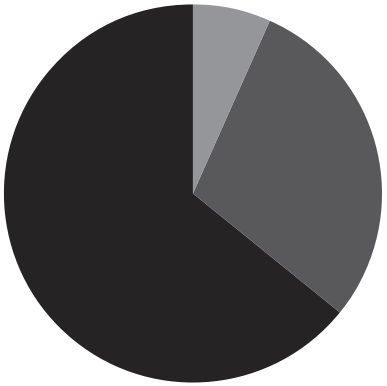
São desenvolvidas acções com representação climática na cadeia de valor?

Gráfico 6.2.4

- Não intervém na Cadeia de Valor.
- (+) Intervém junto dos seus fornecedores
- (+) Intervém junto dos seus clientes.
- (+) Oferece produtos ou serviços, do seu core business, que promovem o consumo sustentável e a redução de impactes ambientais relevantes do ponto de vista climático.

Ainda no contexto de intervenção na cadeia de valor, e analisando os resultados obtidos no critério que questiona o desenvolvimento de acções com implicações de cariz climático, verificamos que as empresas tendem a internalizar o valor do tema "alterações climática". Assim, apenas 11 das empresas que participaram no estudo não conseguem ainda realizar qualquer tipo de intervenção na cadeia de valor. Em contra-partida, 21 realizam acções junto dos fornecedores, 19 junto de clientes e 24 oferecem, com graus de desenvolvimento variáveis, produtos ou serviços onde as questões climáticas estão presentes.

São desenvolvidas actividades que visem a análise dos riscos e/ou oportunidades decorrentes das AC?



- Não.
- Sim, são identificados riscos ou oportunidades e estes constam da matriz de risco/oportunidade de negócio.
- Sim, são identificados riscos ou oportunidades e estes são quantificados.

Gráfico 6.2.5

Os riscos associados às alterações climáticas devem ser avaliados pelas empresas no contexto das infra-estruturas e na tomada de decisões estratégicas no negócio. As alterações climáticas poderão ter custos, que podem ser internalizados na contabilidade de ganhos e perdas futuras. Esta avaliação poderá permitir neutralizar as imputações de negligência dos accionistas e cliente, para mostrar as melhores práticas e atrair o mercado e os investidores.

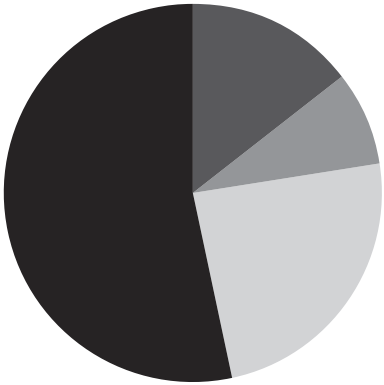
Neste contexto, parece existir ainda algum alheamento para a necessidade de avaliação do risco associado às alterações climáticas. Das empresas analisadas no ACGE 2011, apenas 5 conseguem promover a identificação de riscos e oportunidades de forma estruturada e quantificada. No entanto 22 empresas identificam as alterações climáticas como um risco potencial, introduzindo o assunto, directa ou indirectamente, na sua matriz de negócio. As demais empresas, cerca de 2/3, não desenvolvem qualquer tipo de actividade no sentido de identificação de riscos e oportunidades associadas ao tema.

6.3
Capítulo C

O Relatório de Sustentabilidade é o instrumento de comunicação a que as empresas recorrem para comunicarem os aspectos associados a AC. Na amostra do Índice, cerca de 1/3 das empresas possui este mecanismo focado nas operações desenvolvidas em Portugal. A elaboração de Relatório de Sustentabilidade é uma prática crescentemente utilizada e que promove a existência de dados consolidados sobre a empresa e nos campos considerados materiais, contudo a Euronatura constata que a sua publicação ainda é intermitente ou bianual, no caso de várias empresas com actividades fortemente associadas a aspectos climáticos.

Gráfico 6.3.1

Além dos Relatórios de Sustentabilidade, quais as formas de informação utilizadas para comunicar a problemática das alterações climáticas? (Comunicados internos/de imprensa, Estudos, Newsletters, Etiquetagem da Pegada Carbónica em produtos/serviços, etc.)



- Não publica informação.
- Sim, existem publicações e promoção de iniciativas da empresa.
- Sim, existem publicações que abordam os temas: "carbono", "eficiência energética", "alterações climáticas", e que constituem, por si, valor informativo e formativo.
- Sim, para além das anteriores existe pelo menos uma publicação de abordagem profunda e cuja qualidade de comunicação e conteúdo justifica a sua diferenciação das restantes.

É de salientar o aspecto altamente positivo que é o facto de 1/3 das empresas analisadas possuírem um ou mais documentos públicos focados em AC, formatados para difundirem a política empresarial que desenvolvem ou de (in)formação sobre o tema para a sociedade ou público específico. A necessidade de comunicar para o exterior o tema é indício da relevância do mesmo na agenda estratégica da empresa.

6.4
Capítulo D

Gráfico 6.4.1 **A empresa elabora Inventário das Emissões de GEE?**

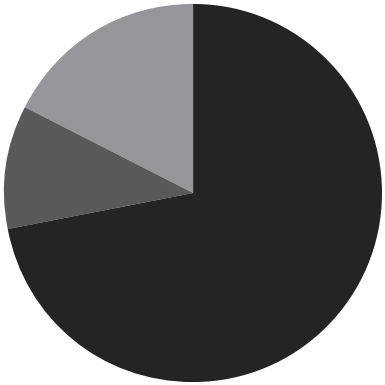
Não.

Sim, inventário parcial; apenas são inventariadas algumas fontes de emissões de âmbito 1 e âmbito 2.

Sim,inventário total e compreensivo de âmbito 1 e âmbito 2.

No que diz respeito à inventariação de GEE, cerca de 1/3 das empresas analisadas possui um inventário completo para os âmbitos 1 e 2; as fontes obrigatórias de inventariação segundo o Greenhouse Gas Protocol. É ainda é possível verificar que uma percentagem substancial das empresas opta por uma inventariação parcial das suas emissões; normalmente as que representam um maior impacte material proveniente da sua actividade (frota, instalações industriais).

Gráfico 6.4.2 **A empresa elabora Inventário das Emissões de GEE?**



Não.

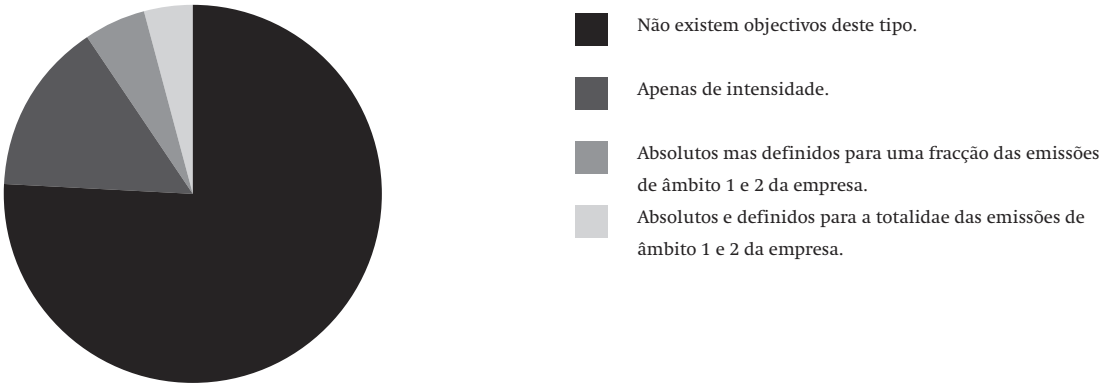
Sim, apenas para uma tipologia de fonte.

Sim, para múltiplas fontes e são indicadas as fontes inventariadas.

Quanto à inventariação voluntária para fontes de âmbito 3, o número de empresas que procede a esta contabilização é ligeiramente inferior a 1/3. A este nível, a responsabilidade e necessidade de reporte diminui, embora exista um número reduzido, mas importante, de empresas que vê a inventariação do âmbito 3 como um ponto de partida para intervir na cadeia de valor e reduzir o seu impacte. A avaliação da qualidade e a profundidade da inventariação de GEE são importantes quando avaliamos o comportamento "climático " das empresas, este está transposto para o ACGE através destes e outros critérios.

Gráfico 6.4.3

Os objectivos de redução das emissões de GEE (âmbito 1 e âmbito 2) são absolutos ou de intensidade?



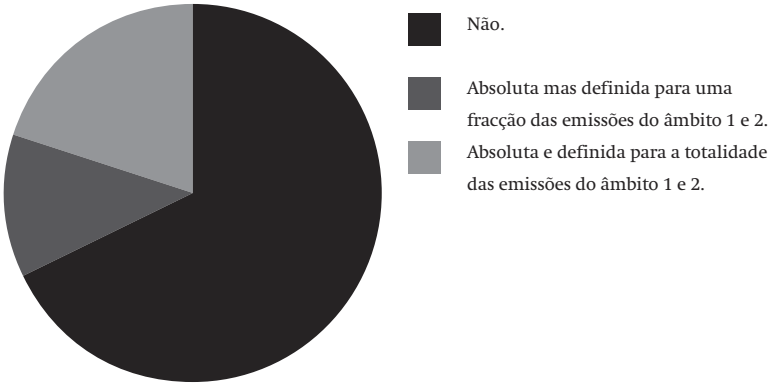
Associada à política de monitorização e inventariação de emissões de GEE, a Euronatura advoga o estabelecimento de objectivos de redução de emissões associados ao indicador CO2e; por ser o que universalmente assiste no benchmarking e na aferição directa quanto ao impacte real no fenómeno das alterações climáticas.
Apenas 18 empresas possuem objectivos de redução de emissões para âmbito 1 e/ou âmbito 2. Sendo que 11 destas empresas opta por definir objectivos normalizados, de intensidade portanto, e que traduzem uma maior "eficiência" da empresa, levando em conta o crescimento ou declínio orgânico da mesma. Em oposição temos 7 empresas que definem objectivos absolutos que, sendo alcançados, implicariam um decréscimo do impacte real imputável à empresa; sendo o mesmo consequência de um efectivo combate às AC, ou então por transferências de emissões para fora da empresa por uma acção de outsourcing, ou meramente resultado de uma diminuição de actividade.

A empresa alcançou redução das emissões de GEE em intensidade para emissões do âmbito 1 e 2?

Gráfico 6.4.4

A empresa alcançou redução das emissões de GEE em forma absoluta para emissões do âmbito 1 e 2?

Gráfico 6.4.5



Quanto à performance ao nível das emissões de GEE, vemos resultados animadores. Lato sensu, 1/3 alcançou reduções tanto a nível absoluto como a nível intensivo das suas emissões; tendo em conta o domínio de inventariação de âmbito 1 e âmbito 2 do GHGProtocol. Para interpretar estes valores é necessário ter em conta que apenas 53% das empresas realizaram o inventário, portanto deste universo de empresas com inventário, 65% das mesmas efectivamente alcançou alguma ou ambas as formas de redução de emissões de GEE.

7
Evoluções

7.1
Evolução dos resultados das empresas: ACGE 2005 >> ACGE 2011

Tabela 7.1.1
Histórico de desempenho das empresas da amostra ACGE 2011 (em percentagem)

	ACGE 2005	ACGE Sect. 2006	ACGE 2007	ACGE Sect. 2009	ACGE 2010	ACGE 2011
Sonae Sierra	94,4	82,8	86,7	91,9	87,5	90
CGD	36,1	24,1	60	81,1	72,5	88
CTT	62,5	65,5	83,3	91,9	87,5	87
LIPOR	48,6	-	30	48,6	72,5	83,5
EDP	91,7	-	80	89,2	87,5	79
Sonaecom	77,8	-	-	-	52,5	76
BES	75	69	76,7	70,3	75	72,5
Vodafone Portugal	97,2	-	76,7	-	70	68
Portugal Telecom	91,7	-	-	75,7	70	67
Millennium BCP	72,2	51,7	53,3	43,2	50	65,5
Santander Totta	-	44,6	50	45,9	45	64
Carris	58,3	69	73,3	75,7	62,5	62

WORTEN	-	-	-	-	35	61,5
Modelo Continente	88,9	-	60	-	35	61,5
Pingo Doce	69,4	_	46,7	37,8	40	61
Repsol	58,3	-	-	89,2	52,5	54
Brisa	-	-	-	45,9	70	54
CELBI	84,7	-	35,7	-	60	53
Cimpor	95,8	-	67,9	-	60	53
TAP	69,4	51,7	66,7	59,5	57,5	53
Banif	-	23,2	-	46,9	-	51
REN	77,8	-	-	64,9	50	50
Unicer	-	-	-	-	Recusa	48
Auchan Portugal	-	-	-	-	50	47
Galp Energia	86,1	69	64,3	67,6	50	46,5
AXA Portugal	11,1	3,4	53,3	62,2	57,5	44
ANA	-	-	-	67,6	57,5	44
Nestlé Portugal	80,6	-	36,7	-	52,5	42
IKEA Portugal	-	-	-	-	30	39
Somague	63,9	-	53,3	-	40	37
MultiMall Management	-	-	-	-	-	37
Metro Porto	26,4	37,9	26,7	45,9	15	32
Secil	Recusa	-	Recusa	-	57,5	31

Transtejo	-	18,8	-	48,6	-	31
Chamartin Imobiliaria	-	-	83,3	-	55	30
Tratolixo	-	-	-	-	-	29
CEPSA	-	-	78,6	59,5	55	28
Siemens Portugal	-	-	-	-	-	28
Soares da Costa	-	-	-	-	45	25,5
FNAC Portugal	-	-	-	-	17,5	24
Portucel-Soporcel	88,9	-	60,7	-	55	22
STCP	26,4	27,6	<20,0	Recusa	27,5	21
EDA	-	-	-	41,2	-	20
Mota-Engil	Recusa	-	<20	-	31,3	18
BP Portugal	51,4	-	-	-	Recusa	18
TEJO Energia	52,8	-	22,1	17,6	-	18
Xerox Portugal	-	-	-	-	-	16
Fidelidade Mundial	-	-	-	<8	33,8	13
Império Bonança	6,9	S/D	S/D	<8	33,8	13
El Corte Inglés	-	-	-	-	10	12
Allianz Portugal	-	-	-	<8	-	12
CP	41,7	27,6	<20,0	45,9	35	11
Novadelta	-	-	66,7	-	-	10
Metro Lisboa	51,4	13,8	40	62,2	45	9

Luís Simões	48,6	31	23,3	40,5	47,5	9
Schneider Portugal	-	-	-	-	-	8
EEM	-	-	-	23,5	-	5
SATA Internacional	-	S/D	Recusa	21,6	-	5
Mundicenter	-	-	-	-	7,5	4
ZON Multimédia	-	-	-	-	7,5	3
Zurich	-	S/D	-	<8	-	2
Açoreana	-	S/D	-	<8	-	2
Fertagus	8,3	13,8	20	43,2	-	2
OPWAY	-	-	-	-	5	0
Teixeira Duarte	44,4	-	<20	-	Recusa	0
Liberty Seguros	-	Recusa	-	8,1	-	0
Crédito Agrícola	-	-	-	<8	-	0
Lusitânia	-	S/D	-	<8	-	0
Tranquilidade	-	<8	-	<8	-	0
Barraqueiro Transportes	-	17,2	-	<8	-	0
Patinter	31,9	10,3	S/D	<8	-	0
TST	-	24,1	-	18,9	22,5	0
APL	-	-	-	-	12,5	0
Ascendi	-	-	-	-	-	0
Porto de Leixões	-	-	-	-	-	0

Existe consistência nos resultados entre edições, considerando 10 a 12 empresas melhor classificadas em 2011, tendo estas obtido posições de destaque em edições anteriores. É o caso dos CTT, EDP, Sonae Sierra, BES, CGD, PT, Vodafone e LIPOR. Existem algumas excepções, como a Sonaecom, o Millennium BCP e Banco Santander Totta, que demonstraram progressões significativas na sua performance entre o ano 2010 e 2011. Este grupo demonstrou capacidade de progressão e adaptação, conseguindo alcançar pontuações elevadas perante a análise do Índice ACGE, que todos os anos evolui num crescendo de exigência para com as empresas. Considerando os aspectos evolutivos, são ainda destacáveis os resultados Worten, Modelo Continente e Pingo Doce. Entre a amostra de 2011 do Índice, 8 empresas foram analisadas este ano pela 1.ª vez. Deste grupo, 2 recusaram participar, e 2 empresas obtiveram pontuação nula.

7.2
Evolução dos critérios de avaliação: ACGE 2010 >> ACGE 2011

O Índice ACGE procura em cada nova edição elevar o grau de exigência da sua avaliação, ponderando o estado da arte em reporte e combate às AC; procura ainda incluir dados relevantes em termos qualitativos e quantitativos. Entre a edição do ACGE 2010 e ACGE 2011, houve inclusão de novos critérios associados ao Capítulo "Gestão e Investimentos", destinando-se a valorizar uma política de intervenção e influência na cadeia de valor. Também o Capítulo "Inventário de GEE" viu o n.º de critérios dilatar e o peso relativo do capítulo aumentar ligeiramente, pois foi promovida uma grelha de avaliação com maior detalhe do processo e metodologia de inventariação, bem como da performance das emissões de GEE.

A actualização dos critérios do ACGE tem sido conduzida com base no objectivo de que as empresas devem aperfeiçoar as suas práticas e de que o paradigma, no que toca à responsabilidade corporativa, será cada vez mais exigente. O ACGE, promotor desse paradigma, buscará evoluir proporcionalmente, tentando colocar a fasquia acima do que é o "estado da arte", mas sem se tornar irrealista: as alterações anuais associadas às pontuações são sempre feitas mantendo a exequibilidade de comparações de desempenho entre edições do Índice.

8
Conclusões

Tipicamente, as empresas que obtêm resultados positivos no ACGE, detentoras das posições cimeiras no ranking, partilham boas práticas de gestão, desempenhando uma papel decisivo para a afirmação do sector empresarial no combate ao fenómeno das Alterações Climáticas. De entre uma variedade de boas práticas, destacamos:

- Investimento e criação de medidas de gestão inovadoras que permitam alcançar reduções nas emissões de GEE;
- Utilização do CO2e como indicador preferencial na monitorização e delineação de objectivos climáticos;
- Influência na cadeia de valor: monitoriza e selecciona fornecedores; sensibiliza clientes e fornecedores;
- Desenvolve produtos e serviços reflectindo a minimização ou neutralidade da pegada carbónica dos mesmos.

Resultados ACGE 2011 em números:

67% das empresas investe em energias, renováveis, eficiência energética e no seu desempenho climático;
55% das empresas já desenvolve acções com representação climática na sua cadeia de valor: junto de fornecedores ou clientes, e através da oferta de produtos/serviços;
56% das empresas realiza um inventário de GEE para a sua actividade em Portugal;
44% das empresas alcançou reduções na suas emissões de GEE.
56% das empresas não possui objectivos com representação climática (energia, emissões, compensação, etc.);
47% das empresas não apresenta preocupações nem utiliza critérios climáticos no momento de selecção dos fornecedores;
65% das empresas não integra o tema “alterações climáticas” na matriz de risco/oportunidade do seu negócio;
72% das empresas não indica objectivos de redução de emissões de GEE.

Apesar das alterações climáticas serem um tema que ganha cada vez mais dominância na agenda corporativa de sustentabilidade em Portugal, existem vários aspectos que de forma genérica constituem fragilidades na estratégia do tecido empresarial:

- A ausência do fenómeno "alterações climáticas" na matriz de risco e oportunidade, é revelador do alheamento dos órgãos decisores ao tema;
- Deficiente estruturação de objectivos e metas climáticas nos vários contextos de responsabilidade;
- A escassa frequência com que o cumprimento dos objectivos se encontra interligado com as compensações financeiras dos seus colaboradores, impossibilitando a integração da Política Ambiental no modus operandi da força de trabalho;
- Fraco conhecimento da pegada carbónica gerada pelo uso dos seus bens e serviços.

Globalmente, a Sonae Sierra obtém a melhor pontuação, seguida pela CGD, em 2º e os CTT em 3º.
No TOP 10 a LIPOR e a EDP obtêm posições de destaque.
O Sector Financeiro e o Sector das TIC lideram as representações no TOP 10: com CGD, BES e Millennium BCP (2º, 7º e 10º) e a Sonaecom, Vodafone Portugal e Portugal Telecom (6º, 8º e 9º).

A edição do ACGE 2011, demonstra que o conjunto das empresas líderes em performance climática continua a manter-se coeso, embora surjam empresas que alcançam pela primeira vez este grupo, vendo reflectidas as suas preocupações climáticas. Observamos que o contexto empresarial nacional não estagnou em matéria de sustentabilidade e alterações climáticas, existindo cada vez mais empresas com a ambição de se tornarem major players no tema. As ascensões significativas de pontuação em pouco tempo são prova do investimento forte que está a ser canalizado pelas empresas para as AC, mesmo considerando o contexto económico adverso. As práticas de gestão, ditas "amigas do clima", assumiram um papel central na área da responsabilidade corporativa, não apenas pelo reconhecimento e escrutínio social da opinião pública, ONGs e comunicação social, mas também pelas adaptações e custos ou oportunidades e proveitos com que impactam as operações das empresas.
Quantitativamente, a média dos resultados do ranking global é similar à média de edições anteriores do Índice ACGE, e se tal for ponderado com o grau mais elevado de exigência com que as empresas estão a ser classificadas em 2011, a principal conclusão é o aumento da sensibilidade no interior das empresas portuguesas para o tema das AC.

9
Fichas de Empresa

Açoreana Seguros

Contacto
Thiago Frazão

Allianz Portugal

Contacto
Fernanda Palmeira

ANA

Contacto
Marta Quaresma

Boas Práticas
. Projecto EcoANA – Gestão Voluntária de Carbono;
. Política e formalização de critérios climáticos na contratação fornecedores e compras;

Monitorização e Estratégia p/ GEE

Inventário	Âmbito 1	
	Âmbito 2	
	Âmbito 3	
	CELE / PREN	
Objectivos Quantificados	Climáticos (emissões, energia, compensação, etc.)	√

APL – Adm. do Porto de Lisboa

Contacto
Eduardo dos Santos

Auchan Portugal

Contacto
Alexandra Madeira

Boas Práticas
. Critérios de emissões para subcontratação de frota;
. Estimativa do potencial de redução de emissões de GEE associado aos investimentos em eficiência energética .

Monitorização e Estratégia p/ GEE

Inventário	Âmbito 1	√
	Âmbito 2	√
	Âmbito 3	
	CELE / PREN	
Objectivos Quantificados	Climáticos (emissões, energia, compensação, etc.)	√

AXA Portugal

Contacto
Luciana Silva

Boas Práticas
. Redução de emissões de GEE;
. Programa de Fornecedores Ecovadis.

Monitorização e Estratégia p/ GEE

Inventário	Âmbito 1	√
	Âmbito 2	√
	Âmbito 3	√
	CELE / PREN	
Objectivos Quantificados	Climáticos (emissões, energia, compensação, etc.)	√

Banco BPI

Contacto
Pedro Nunes Ferreira
NOTA: Empresa recusou participar no Índice ACGE 2011

Banco Espírito Santo

Contacto
Cláudia Arenga de Sousa

Boas Práticas
. Participação no debate público sobre o tema AC e cooperação junto de organismos sectoriais;
. Desenvolvimento de acções com representação climática na cadeia de valor.

Monitorização e Estratégia p/ GEE

Inventário	Âmbito 1	√
	Âmbito 2	√
	Âmbito 3	√
	CELE / PREN	
Objectivos Quantificados	Climáticos (emissões, energia, compensação, etc.)	√

Banco Santander Totta

Contacto
Rui Miguel Santos

Boas Práticas
. Investimento em racionalidade energética;
. Redução de emissões de GEE.

Monitorização e Estratégia p/ GEE

Inventário	Âmbito 1	√
	Âmbito 2	√
	Âmbito 3	√
	CELE / PREN	
Objectivos Quantificados	Climáticos (emissões, energia, compensação, etc.)	

BANIF

Contacto
Luciana Macedo

Boas Práticas
. Participação no debate público sobre o tema AC e cooperação junto de organismos sectoriais;
. Informação de AC veiculada a accionistas e investidores.
Monitorização e Estratégia p/ GEE

Monitorização e Estratégia p/ GEE

Inventário	Âmbito 1	√
	Âmbito 2	√
	Âmbito 3	√
	CELE / PREN	
Objectivos Quantificados	Climáticos (emissões, energia, compensação, etc.)	

Barraqueiro Transportes

Contacto
Pedro Andrade

BP Portugal

Contacto
Jorge Dinis
NOTA: Empresa recusou participar no Índice ACGE 2011

Brisa

Contacto
Franco Caruso / João Tavares

Boas Práticas
. Integração do Índice de eco-eficiência da Brisa na avaliação de colaboradores;
. Informação de AC veiculada a accionistas e investidores.

Monitorização e Estratégia p/ GEE

Inventário	Âmbito 1	√
	Âmbito 2	√
	Âmbito 3	
	CELE / PREN	
Objectivos Quantificados	Climáticos (emissões, energia, compensação, etc.)	√

Caixa Geral de Depósitos

Contactos
Paula Viegas / M.ª Helena Simões

Boas Práticas
. Definição de objectivos de redução de emissões de GEE;
. Formação a colaboradores focada no tema AC.
Monitorização e Estratégia p/ GEE

Monitorização e Estratégia p/ GEE

Inventário	Âmbito 1	√
	Âmbito 2	√
	Âmbito 3	√
	CELE / PREN	
Objectivos Quantificados	Climáticos (emissões, energia, compensação, etc.)	√

CARRIS
Companhia Carris de Ferro de Lisboa

Contactos
Vítor Gonçalves / Elvira Atalayão

Boas Práticas
. Participação no debate público sobre o tema AC e cooperação junto de organismos sectoriais;
. Critérios climáticos na selecção de fornecedor.

Monitorização e Estratégia p/ GEE

Inventário	Âmbito 1	√
	Âmbito 2	√
	Âmbito 3	
	CELE / PREN	
Objectivos Quantificados	Climáticos (emissões, energia, compensação, etc.)	√

CELBI

Contacto
Sofia Jorge

Boas Práticas
. Comunicação interna sobre o tema das AC;
. Programa Carbon Footprint.

Monitorização e Estratégia p/ GEE

Inventário	Âmbito 1	√
	Âmbito 2	√
	Âmbito 3	√
	CELE / PREN	√
Objectivos Quantificados	Climáticos (emissões, energia, compensação, etc.)	√

CEPSA

Contacto
Marisa Silva

Boas Práticas
. Certificação e Auditorias Ambientais / Energéticas;

Monitorização e Estratégia p/ GEE

Inventário	Âmbito 1	
	Âmbito 2	
	Âmbito 3	
	CELE / PREN	√
Objectivos Quantificados	Climáticos (emissões, energia, compensação, etc.)	

Chamartín Imobiliária

Contacto
António Carlos Almeida

Boas Práticas
. Certificação e Auditorias Ambientais / Energéticas;
. Programa BREEAM (Building Research Establishment Environmental Assessment Method);
Monitorização e Estratégia p/ GEE

Monitorização e Estratégia p/ GEE

Inventário	Âmbito 1	√
	Âmbito 2	√
	Âmbito 3	
	CELE / PREN	
Objectivos Quantificados	Climáticos (emissões, energia, compensação, etc.)	

Cimpor

Contacto
Paulo Rocha

Boas Práticas
. Certificação e Auditorias Ambientais / Energéticas;
. Investimento em eficiência energética ou desempenho climático;
. Programa Cement Sustainability Initiative.

Monitorização e Estratégia p/ GEE

Inventário	Âmbito 1	√
	Âmbito 2	√
	Âmbito 3	
	CELE / PREN	√
Objectivos Quantificados	Climáticos (emissões, energia, compensação, etc.)	√

CP – Comboios de Portugal

Contacto
António Vasco Silva \ Maria João Lopes

CTT
Correios de Portugal

Contacto
Luís Filipe Paulo

Boas Práticas
. Promoção da literacia associada ao tema AC;
. Desenvolvimento de acções com representação climática na cadeia de valor.

Monitorização e Estratégia p/ GEE

Inventário	Âmbito 1	√
	Âmbito 2	√
	Âmbito 3	√
	CELE / PREN	
Objectivos Quantificados	Climáticos (emissões, energia, compensação, etc.)	√

Crédito Agrícola

Contacto
Isabel Matos

Empresa de Electricidade da Madeira (EEM)

Contacto
Beatriz Jardim

Boas Práticas
. Certificação e Auditorias Ambientais / Energéticas;

Monitorização e Estratégia p/ GEE

Inventário	Âmbito 1	√
	Âmbito 2	
	Âmbito 3	
	CELE / PREN	
Objectivos Quantificados	Climáticos (emissões, energia, compensação, etc.)	√

Electricidade dos Açores (EDA)

Contacto
José Manuel Rodrigues Marques

Monitorização e Estratégia p/ GEE

Inventário	Âmbito 1	√
	Âmbito 2	
	Âmbito 3	
	CELE / PREN	
Objectivos Quantificados	Climáticos (emissões, energia, compensação, etc.)	√

EDP

Contacto
Luísa Almeida Serra

Boas Práticas
. Investimento na informação e sensibilização para as AC;
. Programa de reporte de sustentabilidade para fornecedores;
. Realização de projecções das emissões de GEE.

Monitorização e Estratégia p/ GEE

Inventário	Âmbito 1	√
	Âmbito 2	√
	Âmbito 3	√
	CELE / PREN	√
Objectivos Quantificados	Climáticos (emissões, energia, compensação, etc.)	√

El Corte Inglés

Contacto
Marta Veras

Fertagus

Contacto
Nuno Lopes

Fidelidade Mundial

Contacto
M.ª Ana Fontoura

FNAC Portugal

Contacto
Carlos Alves

Boas Práticas
. Critério de emissões na aquisição de veículos da frota;
. Compensação monetária pela cumprimento de objectivos de responsabilidade corporativa.

Monitorização e Estratégia p/ GEE

Inventário	Âmbito 1	
	Âmbito 2	
	Âmbito 3	
	CELE / PREN	
Objectivos Quantificados	Climáticos (emissões, energia, compensação, etc.)	√

Galp Energia

Contacto
João Cancella Abreu

Boas Práticas
. Promoção e investigação em mobilidade sustentável;
. Certificação e Auditorias Ambientais / Energéticas;
. Investimento em eficiência e desempenho climático.

Monitorização e Estratégia p/ GEE

Inventário	Âmbito 1	√
	Âmbito 2	√
	Âmbito 3	√
	CELE / PREN	√
Objectivos Quantificados	Climáticos (emissões, energia, compensação, etc.)	

IBM Portugal

Contacto
Sara Cardeira
NOTA: Empresa recusou participar no Índice ACGE 2011

IKEA Portugal

Contacto
Leonor Jacinto / Luís Costa

Boas Práticas
. Critérios climáticos na selecção de fornecedores.
. Cooperação com o GHGProtocal para road test de standards de âmbito 3.

Monitorização e Estratégia p/ GEE

Inventário	Âmbito 1	
	Âmbito 2	
	Âmbito 3	
	CELE / PREN	
Objectivos Quantificados	Climáticos (emissões, energia, compensação, etc.)	√

Império Bonança

Contacto
M.ª Ana Fontoura

Lactogal

Contacto
Donzília Cantarinho
NOTA: Empresa recusou participar no Índice ACGE 2010

Liberty Seguros

Contacto
Cristina Saraiva

LIPOR

Contactos
Rita Rebelo / Nuno Barros

Boas Práticas
. Existência de um Grupo de Trabalho Técnico e Interdisciplinar – Grupo Carbono Zero;
. Política e formalização de critérios climáticos na contratação fornecedores e compras;
. Comunicação e sensibilização pública para o tema das AC.

Monitorização e Estratégia p/ GEE

Inventário	Âmbito 1	√
	Âmbito 2	√
	Âmbito 3	√
	CELE / PREN	
Objectivos Quantificados	Climáticos (emissões, energia, compensação, etc.)	√

Luís Simões

Contacto
Cláudia Simões

Boas Práticas
. Investimento em racionalidade energética.

Lusitânia

Contacto
Carlos Araújo

Metropolitano de Lisboa

Contactos
Sara Plácido \ Ana Cristina Augusto

Metro do Porto

Contacto
Cristiane Reis

Boas Práticas
. Auditorias ambientais.
. Publicação de Relatório de Sustentabilidade e inclusão de indicadores adicionais.

Monitorização e Estratégia p/ GEE

Inventário	Âmbito 1	√
	Âmbito 2	√
	Âmbito 3	
	CELE / PREN	
Objectivos Quantificados	Climáticos (emissões, energia, compensação, etc.)	

Millennium BCP

Contacto
Teresa Alves

Boas Práticas
. Redução de emissões de GEE;
. Informação de AC veiculada a accionistas e investidores.

Monitorização e Estratégia p/ GEE

Inventário	Âmbito 1	√
	Âmbito 2	√
	Âmbito 3	√
	CELE / PREN	
Objectivos Quantificados	Climáticos (emissões, energia, compensação, etc.)	

Modelo - Continente

Contacto
Vítor Lemos Martins

Boas Práticas
. Auditorias ambientais a fornecedores;
. Certificações Ambientais.

Monitorização e Estratégia p/ GEE

Inventário	Âmbito 1	√
	Âmbito 2	√
	Âmbito 3	√
	CELE / PREN	
Objectivos Quantificados	Climáticos (emissões, energia, compensação, etc.)	√

Montepio Geral

Contacto
M.ª Angélica Pereira
NOTA: Empresa recusou participar no Índice ACGE 2011

Mota - Engil

Contacto
Francisco Van Zeller

Boas Práticas
. Certificações Ambientais.
. Reporte de Sustentabilidade

Monitorização e Estratégia p/ GEE

Inventário	Âmbito 1	√
	Âmbito 2	√
	Âmbito 3	
	CELE / PREN	
Objectivos Quantificados	Climáticos (emissões, energia, compensação, etc.)	

Mundicenter

Contacto
Patrícia Almeida de Sousa

Multimall Management

Contacto
João Ferreira da Cruz

Boas Práticas
. Certificações Ambientais.
. Investimento em eficiência e desempenho climático.
. Consecução de redução de emissões.

Monitorização e Estratégia p/ GEE

Inventário	Âmbito 1	√
	Âmbito 2	√
	Âmbito 3	√
	CELE / PREN	
Objectivos Quantificados	Climáticos (emissões, energia, compensação, etc.)	

Nestlé

Contacto
Cláudia Afonso

Boas Práticas
. Objectivos climáticos quantificados para a renovação de frota;
. Ferramenta Eco-D
. Certificações Ambientais.

Monitorização e Estratégia p/ GEE

Inventário	Âmbito 1	√
	Âmbito 2	√
	Âmbito 3	
	CELE / PREN	
Objectivos Quantificados	Climáticos (emissões, energia, compensação, etc.)	√

Novadelta/DELTA

Contacto
Cláudia Portela

OPWAY

Contacto
Rui David

Patinter

Contacto
Patrícia Pereira

Pingo Doce

Contacto
Fernando Ventura

Boas Práticas
. Inventariação de emissões de múltiplas fontes de âmbito 3;
. Auditorias ambientais a fornecedores.

Monitorização e Estratégia p/ GEE

Inventário	Âmbito 1	√
	Âmbito 2	√
	Âmbito 3	√
	CELE / PREN	
Objectivos Quantificados	Climáticos (emissões, energia, compensação, etc.)	√

Porto de Leixões

Contacto
Valdemar Cabral / Carla Ferreira

Portucel - Soporcel

Contacto
Ana Nery / Sofia Almeida

Boas Práticas
. Certificações Ambientais;
. Investimentos em energias renováveis, eficiência energética ou desempenho climático;
. Grupo de trabalho Carbon Footprint.

Monitorização e Estratégia p/ GEE

Inventário	Âmbito 1	√
	Âmbito 2	
	Âmbito 3	
	CELE / PREN	√
Objectivos Quantificados	Climáticos (emissões, energia, compensação, etc.)	√

Portugal Telecom

Contacto
Isabel Maria Martinho

Boas Práticas
. Definição de objectivos de redução de emissões.
. Desenvolvimento de acções com representação climática na cadeia de valor.

Monitorização e Estratégia p/ GEE

Inventário	Âmbito 1	√
	Âmbito 2	√
	Âmbito 3	√
	CELE / PREN	
Objectivos Quantificados	Climáticos (emissões, energia, compensação, etc.)	√

REN

Contacto
Francisco Parada

Boas Práticas
. Plano interventivo de combate às emissões de SF6;
. Certificações Ambientais;

Monitorização e Estratégia p/ GEE

Inventário	Âmbito 1	√
	Âmbito 2	√
	Âmbito 3	
	CELE / PREN	
Objectivos Quantificados	Climáticos (emissões, energia, compensação, etc.)	

Repsol

Contacto
A. Martins Victor

Boas Práticas
. Plano de Carbono e Novas Fontes Energéticas;
. Verificação da emissões de GEE.

Monitorização e Estratégia p/ GEE

Inventário	Âmbito 1	√
	Âmbito 2	√
	Âmbito 3	√
	CELE / PREN	√
Objectivos Quantificados	Climáticos (emissões, energia, compensação, etc.)	

SATA Internacional

Contacto
Elisa Nascimento

SECIL

Contacto
José Bravo Ferreira

Boas Práticas
. Investimento em eficiência energética;
Realização de projecções das suas emissões de GEE.
Monitorização e Estratégia p/ GEE.

Monitorização e Estratégia p/ GEE

Inventário	Âmbito 1	√
	Âmbito 2	
	Âmbito 3	
	CELE / PREN	√
Objectivos Quantificados	Climáticos (emissões, energia, compensação, etc.)	√

Schneider Electric Portugal

Contacto
Cristina Duarte

Soares da Costa

Contacto
Eloísa Cepinha

Boas Práticas
. Formulação de uma Estratégia para as AC;
. Consecução de redução de emissões.

Monitorização e Estratégia p/ GEE

Inventário	Âmbito 1	√
	Âmbito 2	√
	Âmbito 3	√
	CELE / PREN	
Objectivos Quantificados	Climáticos (emissões, energia, compensação, etc.)	

Sonaecom

Contacto
Renato Cardoso

Boas Práticas
. Atribuição clara da responsabilidade interna na gestão do tema AC;
. Redução de emissões de GEE.

Monitorização e Estratégia p/ GEE

Inventário	Âmbito 1	√
	Âmbito 2	√
	Âmbito 3	√
	CELE / PREN	
Objectivos Quantificados	Climáticos (emissões, energia, compensação, etc.)	√

Somague

Contacto
Adelaide Jerónimo / Duarte Pereira

Boas Práticas
. Certificações Ambientais;
. Planos de Gestão Energética de edificado.

Monitorização e Estratégia p/ GEE

Inventário	Âmbito 1	√
	Âmbito 2	√
	Âmbito 3	√
	CELE / PREN	
Objectivos Quantificados	Climáticos (emissões, energia, compensação, etc.)	

Sonae Sierra

Contacto
Susana de Almeida Lourenço / Sandra Maria Dias / Bruno Moura

Boas Práticas
. Incentivo a colaboradores pelo seu desempenho ambiental;
. Investimento em energias renováveis, eficiência energética ou desempenho climático;
. Política e formalização de critérios climáticos na contratação fornecedores e compras;
. Projecção do impacte material das AC na actividade da empresa.

Monitorização e Estratégia p/ GEE

Inventário	Âmbito 1	√
	Âmbito 2	√
	Âmbito 3	√
	CELE / PREN	
Objectivos Quantificados	Climáticos (emissões, energia, compensação, etc.)	√

Siemens Portugal

Contacto
João Delgado

Boas Práticas
. Investimento em racionalidade energética;
. Certificação Ambiental.

STCP - Sociedade de Transportes Colectivos do Porto

Contacto
Joaquim Reinas

Monitorização e Estratégia p/ GEE

Inventário	Âmbito 1	√
	Âmbito 2	
	Âmbito 3	
	CELE / PREN	
Objectivos Quantificados	Climáticos (emissões, energia, compensação, etc.)	√

TAP

Contacto
Maria João Calha

Boas Práticas
. Cooperação junto de organismos sectoriais;
. Programa de compensação de emissões para clientes.

Monitorização e Estratégia p/ GEE

Inventário	Âmbito 1	√
	Âmbito 2	√
	Âmbito 3	
	CELE / PREN	
Objectivos Quantificados	Climáticos (emissões, energia, compensação, etc.)	√

Teixeira Duarte

Contacto
José Cobra Ferreira / Ana Filipa Antunes
NOTA: Empresa recusou participar no Índice ACGE 2010

Tejo Energia

Contacto
António Lopes da Silva/ Maria José Lopes

Boas Práticas
. Certificação e Auditorias Ambientais / Energéticas;
. Investimento em eficiência energética ou desempenho climático;

Monitorização e Estratégia p/ GEE

Inventário	Âmbito 1	√
	Âmbito 2	
	Âmbito 3	
	CELE / PREN	√
Objectivos Quantificados	Climáticos (emissões, energia, compensação, etc.)	

Tranquilidade

Contacto
Assunção Carvalhosa

Transtejo

Contacto
Mariana Páscoa

Monitorização e Estratégia p/ GEE

Inventário	Âmbito 1	√
	Âmbito 2	√
	Âmbito 3	
	CELE / PREN	
Objectivos Quantificados	Climáticos (emissões, energia, compensação, etc.)	

Tratolixo

Contacto
Cristiana Santos

Boas Práticas
. Participação no debate público sobre o tema AC e cooperação junto de organismos sectoriais;
. Investimento em racionalidade energética .

Monitorização e Estratégia p/ GEE

Inventário	Âmbito 1	
	Âmbito 2	
	Âmbito 3	
	CELE / PREN	
Objectivos Quantificados	Climáticos (emissões, energia, compensação, etc.)	√

TST – Transportes Sul do Tejo

Contacto
Graça Calapez

UNICER

Contacto
Adelaide Jesus / Cristina Costa

Boas Práticas
. Investimento em energias renováveis, eficiência energética ou desempenho climático;
. Consecução de redução de emissões.

Monitorização e Estratégia p/ GEE

Inventário	Âmbito 1	√
	Âmbito 2	√
	Âmbito 3	
	CELE / PREN	
Objectivos Quantificados	Climáticos (emissões, energia, compensação, etc.)	√

Valor Ambiente

Contacto
Inês Jardim Fernandes
NOTA: Empresa recusou participar no Índice ACGE 2011

Valorsul

Contacto
Vera Correia / Sofia Mota
NOTA: Empresa recusou participar no Índice ACGE 2011

Vodafone Portugal

Contacto
Ana Mesquita Veríssimo

Boas Práticas
. Intervenção com representação climática na cadeia de fornecedores;
. Cumprimento de objectivos ambientais associado à compensação de colaboradores.

Monitorização e Estratégia p/ GEE

Inventário	Âmbito 1	√
	Âmbito 2	√
	Âmbito 3	√
	CELE / PREN	
Objectivos Quantificados	Climáticos (emissões, energia, compensação, etc.)	√

WORTEN

Contacto
Vítor Lemos Martins

Boas Práticas
. Critérios de emissão na subcontratação de frota;
. Fórum de Sustentabilidade SONAE.

Monitorização e Estratégia p/ GEE

Inventário	Âmbito 1	√
	Âmbito 2	√
	Âmbito 3	√
	CELE / PREN	
Objectivos Quantificados	Climáticos (emissões, energia, compensação, etc.)	√

XEROX Portugal

Contacto
Cristina Pinto

Zurich Portugal

Contacto
Rita Almeida

ZON Multimédia

Contacto
Henrique Rosado

10

MATRIZ DE AVALIAÇÃO DO ACGE 2011

A	Governança		Pontuação Máx.
1	Existe departamento/comité responsável pela gestão das Alterações Climáticas?		
a)	Não.	0	3
b)	Sim, mas a responsabilidade não está formalizada para o tema das alterações climáticas. As terminologias: "ambiente", "sustentabilidade"ou "responsabilidade social", por exemplo, podem estar associadas ao nome do departamento, contudo a responsabilidade do tema AC não está formalmente atribuída ao mesmo.	1	
c)	Sim, a responsabilidade está formalmente atribuída, mas não consta da documentação pública.	2	
d)	Sim, a responsabilidade está formalmente atribuída e a informação é pública.	3	
2	As Alterações Climáticas são discutidas no Conselho de Administração?		
a)	Não.	0	2
b)	Sim, existem referências às alterações climáticas em documentos e iniciativas associadas ao CA;	2	
3	A Administração participa activamente no debate público sobre alterações climáticas, na criação de medidas e políticas públicas, apoiando o desenvolvimento das questões relacionadas com AC para o seu sector ou área de actividade? (Para este critério, (b) e (c) têm pontuação aditiva e são independentes entre si)		
a)	Não.	0	4
b)	(+) Sim, existem membros da administração ou da direcção a participar em eventos públicos, entrevistas e artigos, na qualidade de representantes da empresa e através de meios de comunicação independentes da empresa;	2	
c)	(+) Sim, cooperando junto de agentes decisores, legisladores, autoridades, associações sectoriais, etc.	2	

4	Existem mecanismos de participação, orientados para a disseminação de informação e/ou medidas inovadoras no contexto das AC e para os stakeholders internos?		
a)	Não.	0	
b)	Sim, são disponibilizados canais de comunicação sendo que estes não estão focados para as AC, tendo conteúdo educativo genérico.	2	3
c)	Sim, fomenta e orienta a participação dos seus colaboradores em iniciativas que visem a sensibilização para as alterações climáticas, economia de baixo carbono ou eficiência energética.	3	
		TOTAL A	12

B	Gestão e Investimentos		Pontuação Máx.
5	A empresa transacciona/adquire créditos no mercado de carbono? (Questão informativa e sem pontuação associada)		
a)	Não.		
b)	Sim, no âmbito do mercado voluntário de carbono.	INF	
c)	Sim, no âmbito do CELE.		
d)	Sim, em ambos.		
6	Investimentos em energias renováveis, eficiência energética ou desempenho climático?		
a)	Não existem.	0	
b)	Sim, realiza investimentos de forma irregular, sendo que estes não se incluem numa metodologia de acção;	3	
c)	Sim, existe uma metodologia de acção que justifica os investimentos; os investimentos são significativos do ponto de vista climático e/ou económico.	5	6
d)	Sim, e são calculados os potenciais de redução de emissões/energia associados aos investimentos.	6	

7	Existem objectivos com representação climática e definidos de forma clara e quantificada?		
a)	Não existem.	0	
b)	Sim, mas não são públicos.	2	5
c)	Sim, são públicos e está definido: o valor do objectivo, o ano de referência e o período de cumprimento.	5	
8	Existem medidas de gestão das alterações climáticas e/ou metodologia que permita o cumprimento dos objectivos climáticos da empresa? (Para este critério, (b), (c) e (d) têm pontuação aditiva e são independentes entre si)		
a)	Não.	0	
b)	(+) Compensação e incentivo de colaboradores/administradores (pelo desempenho ambiental genérico, em eficiência energética ou emissões de GEE);	2	8
c)	(+) Certificação e Auditorias Ambientais / Energéticas;	4	
d)	(+) Outras acções internalizadas na lógica de alcance dos objectivos climáticos da empresa.	1 ou 2	
9	Existe uma política de fornecedores e compras com base em critérios climáticos? Que critérios estão formulados?		
a)	Não.	0	
b)	Sim, mas há apenas referência a preocupações não concretizadas em critérios.	1	
c)	Sim, estão formalizados critérios para um segmento ou tipologia de fornecedor.	3	4
d)	Sim, estão formalizados critérios para mais do que um segmento ou tipologia de fornecedor.	4	
10	São desenvolvidas acções com representação climática na cadeia de valor? (Para este critério, (b), (c) e (d) têm pontuação aditiva e são independentes entre si)		
a)	Não intervém na Cadeia de Valor;	0	
b)	(+) Intervém junto dos seus fornecedores;	2	
c)	(+) Intervém junto dos seus clientes;	2	6
d)	(+) Oferece produtos ou serviços, do seu core business, que promovem o consumo sustentável e a redução de impactes ambientais relevantes do ponto de vista climático.	2	

11	São desenvolvidas actividades que visem a análise dos riscos e/ou oportunidades decorrentes das AC?		
a)	Não.	0	
b)	Sim, são identificados riscos ou oportunidades e estes constam da matriz de risco/ oportunidade de negócio.	1	2
c)	Sim, são identificados riscos ou oportunidades e estes são quantificados.	2	
		TOTAL B	31

C	Comunicação e Reporte		Pontuação Máx.
12	Publica Relatório/Caderno de Sustentabilidade (ou documento da mesma natureza)?		
a)	Não.	0	
b)	Sim, existe um relatório associado à empresa mas não disponibiliza informação para Portugal.	2	
c)	Sim, existe e disponibiliza informação para Portugal.	4	7
d)	Comunica os seguintes “indicadores adicionais” do GRI: G3 Guidelines: Energia: EN5/EN6/EN7, Emissões, Efluentes e Resíduos: EN18, transportes: EN29. - (Se usar 1 EN= 1; Se usar 2 EN= 2; Se usar 3 ou mais EN= 3)	7	
13	O Relatório de Sustentabilidade é verificado?		
a)	Não.	0	3
b)	Sim, o Relatório de Sustentabilidade foi submetido a análise externa e independente, por entidade não responsável pela produção do relatório de sustentabilidade ou informação nele incluída.	3	

14	Além dos Relatórios de Sustentabilidade, quais as formas de informação utilizadas para comunicar a problemática das alterações climáticas? (Comunicados internos/de imprensa, Estudos, Newsletters, Etiquetagem da Pegada Carbónica em produtos/serviços, etc.)		
a)	Não publica informação.	0	7
b)	Sim, existem publicações de divulgação e promoção de iniciativas da empresa.	2	
c)	Sim, existem publicações que abordam os temas: “carbono”, “eficiência energética”, “alterações climáticas”; e que constituem, por si, valor informativo e formativo.	4	
d)	Sim, para além das anteriores existe pelo menos uma publicação de abordagem profunda e cuja qualidade de comunicação e conteúdo justifica a sua diferenciação das restantes.	7	
15	É veiculada informação a accionistas e investidores, que incluam dados associados a AC.		
a)	Não.	0	3
b)	Sim, e a sua forma e conteúdo são direccionados a estes stakeholders, em particular.	3	
		TOTAL C	20

D	Inventário de GEE	Pontuação Máx.
	(A nomenclatura utilizada na formulação dos critérios associados a este capítulo, tem por base o Greenhouse Gas Protocol)	
16	A empresa elabora Inventário das Emissões de GEE?	
a)	Não.	0
b)	Sim, inventário parcial; apenas são inventariadas algumas fontes de emissões de âmbito 1 e âmbito 2.	4
c)	Sim, inventário total e compreensivo de âmbito 1 e âmbito 2.	6

17	Quais as características da metodologia utilizada para o inventário de GEE?		
	(Metodologia descrita na Portaria N.º 121/2005; Greenhouse Gas Protocol; Metodologia sectorial; Outra)		
a)	Não são disponibilizados dados metodológicos e factores associados ao inventário.	0	
b)	Não é utilizada uma metodologia normalizada e experimentada; mas são apresentados dados metodológicos e factores que permitem determinar o grau de robustez.	2	4
c)	O inventário é realizado segundo uma metodologia normalizada e experimentada.	4	
18	Quais são os gases inventariados pela empresa?		
a)	CO2	0	
b)	CO2, CH4 e N2O	1	2
c)	Todos os GEE materiais descritos no protocolo de Quioto (CO2, CH4, N2O, SF6,HFCs e PFCs)	2	
19	A empresa elabora Inventário das Emissões de GEE de fontes indirectas de Âmbito 3 (viagens, resíduos, produtos ou serviços, etc.)?		
a)	Não .	0	
b)	Sim, apenas para uma tipologia de fonte.	2	3
c)	Sim, para múltiplas fontes e são indicadas as fontes inventariadas.	3	
20	O Inventário das Emissões de GEE é sujeito a verificação externa?		
a)	Não.	0	
b)	Sim, no âmbito do relatório de sustentabilidade.	1	2
c)	Sim, através de uma entidade qualificada, não envolvida no processo de criação do inventário e que promova uma verificação especifica.	2	

21	Existem objectivos de redução das emissões de GEE para as emissões de âmbito 1 e/ou âmbito 2?		
a)	Não.	0	
b)	Sim, mas não apresenta a totalidade dos dados: ano de referência; período de cumprimento; montante/ percentagem de redução.	2	3
c)	Sim, e apresenta a totalidade dos dados.	3	
22	Os objectivos de redução das emissões de GEE (âmbito 1 e âmbito 2) são absolutos ou de intensidade?		
a)	Não existem objectivos deste tipo.	0	
b)	Apenas de intensidade.	2	
c)	Absolutos, mas definidos para uma fracção das emissões de âmbito 1 e 2 da empresa.	3	4
d)	Absolutos e definidos para a totalidade das emissões de âmbito 1 e 2 da empresa.	4	
23	Existem objectivos de redução das emissões de GEE para fontes de emissões de âmbito 3?		
a)	Não.	0	
b)	Sim, mas não apresenta a totalidade dos dados: ano de referência; período de cumprimento; montante/ percentagem de redução.	1	3
c)	Sim, apresenta a totalidade dos dados: ano de referência; período de cumprimento; montante de redução.	2	
d)	Sim, apresenta a totalidade dos dados e objectivo abrange mais do que uma tipologia de fonte de emissões.	3	
24	A empresa alcançou redução das emissões de GEE em intensidade para emissões do âmbito 1 e 2?		
a)	Não.	0	
b)	Sim, para uma fracção das emissões do âmbito 1 e 2.	1	3
c)	Sim, para a totalidade das emissões do âmbito 1 e 2.	3	

25	A empresa alcançou redução das emissões de GEE de forma absoluta para emissões do âmbito 1 e 2?		
a)	Não.	0	
b)	Absoluta mas definida para uma fracção das emissões do âmbito 1 e 2.	1	3
c)	Absoluta e definida para a totalidade das emissões do âmbito 1 e 2.	3	
26	A empresa alcançou redução das emissões de GEE em intensidade para fontes de emissões do âmbito 3?		
a)	Não.	0	
b)	Sim, para uma tipologia de fonte de emissões.	0.5	1
c)	Sim, para mais que uma tipologia de fonte de emissões.	1	
27	A empresa alcançou redução das emissões de GEE de forma absoluta para fontes de emissões do âmbito 3?		
a)	Não.	0	
b)	Sim, para uma tipologia de fonte de emissões.	0.5	1
c)	Sim, para mais que uma tipologia de fonte de emissões.	1	
28	A empresa realiza projecções das suas emissões de GEE?		
a)	Não.	0	
b)	Sim.	1	2
c)	Sim e consideram as emissões de GEE até 2020.	2	
		TOTAL D	37

À Direcção da
Euronatura – Centro para o Direito Ambiental e Desenvolvimento Sustentado

Verificação Independente do processo relativo ao Índice de Responsabilidade Climática em Portugal: Índice ACGE 2011

Introdução

Fomos solicitados pela Direcção da Euronatura – Centro para o Direito Ambiental e Desenvolvimento Sustentado (Euronatura), para procedermos à verificação independente da informação constante do processo associado ao Índice de Responsabilidade Climática em Portugal: Índice ACGE 2011, produzido pela Euronatura.

Responsabilidades

A Direcção da Euronatura é responsável pela informação apresentada, metodologia utilizada para avaliar as diferentes entidades participantes do índice, bem como critérios inerentes e sistemas dos processos de recolha, agregação, validação e relato da mesma. A nossa responsabilidade consiste na elaboração de um relatório sobre a adequação daquela informação, de acordo com o âmbito de procedimentos acordados referido no parágrafo seguinte. Não assumimos qualquer responsabilidade perante qualquer outro propósito, pessoas ou organizações. Qualquer utilização que venha a ser feita por qualquer terceiro dos dados deste relatório é da sua inteira responsabilidade e risco.

Âmbito

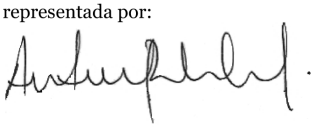
Nesta verificação, os nossos procedimentos foram os acordados com a Euronatura e consistiram em: (i) verificar a existência de evidência das questões pontuáveis no modelo utilizado, e (ii) conferir os cálculos do índice.

Conclusões

Com base no trabalho efectuado, concluímos que a pontuação total atribuída a cada entidade corresponde ao cômputo das questões individuais correspondentes e todos os pontos atribuídos a cada entidade está suportada em conformidade com o modelo previamente definido pela Euronatura.

Lisboa, 20 de Fevereiro de 2012

PricewaterhouseCoopers & Associados, SROC, Lda.
representada por:



António Joaquim Brochado Correia, ROC

AGRADECIMENTOS

A realização do Projecto "Responsabilidade Climática em Portugal: Índice ACGE 2011" só foi possível com a dedicação e esforço de todas as partes envolvidas.
O nosso agradecimento ao Conselho Consultivo e aos nossos Parceiros – a equipa da PwC, na pessoa de Ana Cláudia Coelho, e à Norma Design – pela disponibilidade e pelo apoio prestado na construção de mais uma edição do Índice.
Às empresas cabe-nos agradecer a sua participação e contributo no fornecimento dos dados de análise essenciais para a construção do Ranking.

Apoio Platina

BANCO ESPIRITO SANTO

vodafone

Parceiros

pwc

www.normadesign.com

A Euronatura – Centro para o Direito Ambiental e Desenvolvimento Sustentado é uma organização não-governamental de ambiente sem fins lucrativos, especializada em investigação em ciência, política e direito de ambiente, particularmente no respeitante a matérias de cariz internacional. Fundada em 1997, a Euronatura organiza o seu trabalho em três áreas programáticas fundamentais: Ciência e Política das Alterações Climáticas, História e Política Florestal e Economia e Ambiente.
Durante a última década a Euronatura dedicou-se à execução de projectos na área das alterações climáticas, como é o Índice Alterações Climáticas e Gestão de Empresas (ACGE), que aqui divulgamos. O ACGE tem uma história feita de sete anos de experiência, e continua a desempenhar a sua função na consciencialização de todos os stakeholders económicos com o empenho de sempre. Continua a acreditar que o desafio das alterações climáticas deve ser concretizado por todos os actores. Neste contexto assume as funções de representação social, que lhe foram conferidas na sua génese, partilhando com as empresas e os seus parceiros o esforço de combate às alterações climáticas.

www.Euronatura.pt
E-mail: geral@Euronatura.pt

Largo das Pimenteiras, 6A
1600-576 Lisboa